

Billets

Tickets • Fahrkarten

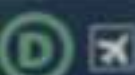
Idéias

EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO II - Nº 16 - Dezembro de 2007

Réseau Ile-de-France
Suburban lines • Netzverkehr

30 à 36



Neste mês,
pedagogia e
Dante Maron

Breguete confirma
ná sobras orçamentárias
na Justiça Federal

**França reage
à ofensiva
neoliberal**

Por retaliar, CNJ
suspende pagamento
de passivos

Foto: Agência France Presse

POLICE

A Editora Booklink convida:
Coquetel de lançamento do livro

Roberto Ponciano
FEITIÇOS

POEMAS & CONTOS
DE FRAGRÂNCIAS ERÓTICAS

Feitiços

de Roberto Ponciano

Quarta, 12 de dezembro, às 19h

na sede do Sisejufe

(Av. Presidente Vargas, 509 – 11º andar)

Vendas pela página

<http://www.booklink.com.br>



9º Botequim do Sisejufe

apresenta

Rock e dance

Com Jonas Müller e banda
e Banda Marafos

Sexta-feira, 14 de dezembro, a partir das 19h

Local: Clube dos Empresários

Rua da Candelária, 9/14º andar – Centro – Rio de Janeiro

Editorial

Um estudo no orçamento das Justiças Federais mostra: há recursos para o pagamento dos passivos.

Página 4

Cartas de Leitor

Transtornos no TRT da Lavradio em dias de chuva, a polêmica da ampliação no horário de atendimento no balcão determinado pelo CJF e o ressarcimento dos planos de saúde no TRE são os assuntos dos nossos leitores nessa edição.

Página 5

Passivos

Consultoria contratada pelo sindicato indica que, principalmente na JF, há sobras orçamentárias para pagamentos de dívidas.

Página 6 e 7

Sindicais – TRT

Regulamentação do AQ vai na contramão do CSJT e desagradará servidores.

Página 8

Sindicais

Planos de saúde terão ressarcimento. Os atos de dezembro em Brasília. Diretor sindical é impedido de participar de assembléia.

Página 9

Dicas Culturais

Bianca Rocha sugere o DVD e o CD de Diogo Nogueira, o livro sobre a vida de João Saldanha e o projeto Teatro para Todos, com 58 espetáculos a preços reduzidos. Aproveite!

Página 10

Racismo

Cientista norte-americano afirma que os negros são menos inteligentes do que os brancos.

Página 11

Nacional

O prédio onde funcionou o Museu do Índio, próximo ao Maracanã, está há um ano ocupado por indígenas. Conheça esta história na reportagem de Max Leone e Samuel Tosta.

Páginas 12 e 13

Justiça Federal

Decisão do CJF sobre jornada de trabalho gerou apreensão na categoria. Sisejufe encaminha novo pedido de redução de carga horária.

Página 14



Jornada de Trabalho

Reproduzimos artigo em que Luiz Carlos Azenha traça o perfil do operário-padrão do século XXI – aquele que não pára de trabalhar.

Página 15

Nossa História

No quarto artigo da série, o historiador Helder Molina analisa o sindicalismo durante os anos de chumbo da ditadura militar o surgimento do Novo Sindicalismo.

Página Central

Artigo

Roberto Ponciano exorta: “Neste Natal, esqueçam o Deus da Mercadoria”.

Páginas 18 e 19

Sindicais

CNJ retalia dirigente sindical que entrou com ação popular no STF para suspender pagamentos de passivos de magistrados e prejudica toda a categoria.

Páginas 20

Meio Ambiente

A jornalista Lia Bock mostra que o sanitário compostável não é só alternativa para evitar desperdício de água. Transforma também o excremento humano em húmus.

Página 21

Revolução Russa

Artigo do sociólogo Emir Sader fala dos 90 anos da revolução que marcou o século XX. Saiba também como foi o seminário promovido pelo Sisejufe.

Páginas 22 e 23

Mulheres

Sentenças de juiz de Minas Gerais demonstram o quanto nossa sociedade é contaminada pela visão machista e violenta no tratamento às mulheres.

Página 24

Mulheres

Max Leone foi à Vila Mimosa ouvir as profissionais do sexo sobre o projeto, rejeitado na Câmara, que regulamentava sua atividade.

Página 25

Teia de Idéias

Alexandre Kieling, jornalista e professor universitário brasileiro, residente em Paris, conta que as greves de novembro na França vão além do embate entre esquerda e direita.

Página 26 e 27

Internacional

Mauro Santayana foi um dos poucos na grande imprensa que viu arrogância no rei Juan Carlos ao mandar Chávez calar-se.

Página 28

Internacional

Nosso colaborador Mário Augusto Jakobskind analisa a situação política na Birmânia e diz quais grupos econômicos têm interesses naquele país.

Página 29

Latuff

Nosso cartunista, ao contrário do anacrônico magistrado de Minas Gerais, comemora a Lei Maria da Penha.

Página 30

Os leitores desta última edição de *Idéias em Revista*, em 2007, vão encontrar um tema central para a categoria: a dívida do Judiciário com os servidores. Apresentamos detalhes da situação orçamentária das Justças Federais no Rio de Janeiro e demonstramos que existem recursos para o pagamento dos passivos. No quarto artigo da série sobre a história do Movimento Sindical, mostramos como o golpe de 1964 colocou organizações sindicais e políticas na ilegalidade e como a estrutura corporativa sindical e trabalhista foi mantida, com novos decretos buscando aumentar o controle da ditadura sobre as organizações sindicais.

As entidades de classe dos trabalhadores, não obstante a intensa campanha de desqualificação promovida pela mídia conservadora, continuam importantes e decisivas na vida política contemporânea. O exemplo mais recente é o da França, que esteve às portas de uma greve geral, em novembro, contra as reformas do governo Sarkozy – hoje o mais importante aliado de George W. Bush na Europa. No país da “Revolução Burguesa”, os trabalhadores em educação, dos correios, telecomunicações, transportes e eletricidade foram às ruas denunciar a retirada de direitos conquistados ao longo de décadas. Um panorama da situação francesa nos é apresentado num artigo produzido em Paris para *Idéias em Revista*.

Ao longo do período entre 1986 e 2006, sobretudo a partir de 1995, o movimento de massas francês tem protagonizado um ciclo de lutas contra a ofensiva neoliberal dos distintos governos da direita ou “socialistas”. Os pontos mais altos foram a greve geral do funcionalismo público, que por duas

semanas parou a França em 1995, derrotando o plano Juppe; a revolta dos jovens das *banlieues* em 2005; e sobretudo a luta estudantil de 2006, apoiada por centenas de milhares de trabalhadores, em uma das maiores mobilizações da história da França, que derrotou o CPE (Contrato de Primeiro Emprego).

Nas últimas semanas, foi agregada a entrada em cena do movimento estudantil na preparação da greve do dia 14 de novembro. Foi um elemento “inesperado” para o governo, que pensava ter evitado a resistência estudantil aprovando as reformas em plenas férias. A mobilização francesa é, a um só tempo, alento e alerta. Alento em vermos o que a resistência da classe trabalhadora organizada é capaz de fazer. Alerta para a onda “direitizante” européia, contrapeso geopolítico aos governos democráticos e populares que começam a mudar a realidade da América Latina.

Idéias em Revista traz também reportagens sobre o primeiro ano de ocupação do antigo prédio do Museu do Índio; a opinião das profissionais do sexo sobre a rejeição pela Câmara do projeto de lei que regulamentava a atividade; um artigo que propõe o uso da privada ecológica para evitar o desperdício de água potável; discussões sobre a arrogância do rei Juan Carlos I, da Espanha, e a situação de opressão em que vive o povo da Birmânia, país asiático também chamado de Myanmar. E, como estamos em dezembro, *Idéias* trata também do Natal e de seu significado, num texto que propõe uma mudança de atitude em relação ao “Deus Mercado”. Boa leitura!



SISEJUFE

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejuferj.org.br

Filiado à FENAJUFE e à CUT

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Bianca Rocha (Estagiária de Jornalismo)

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL: Claudio Camillo (MTb 20.478) – DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – ILUSTRAÇÃO: Latuff

ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer

CONSELHO EDITORIAL – Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro.

IMPRESSÃO: ARCTURUSVEGA Editora Ltda-ME/Gráfica Minister (8 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado



Cartas dos leitores

Na Lavradio, em dia de chuva faltam soluções e solidariedade

Se alguém me contasse, com certeza eu não acreditaria. O caos instalado na sede da Justiça do Trabalho na Rua do Lavradio, no último dia 24 de outubro, foi surreal. Há tempos que todos sabem que essa rua alaga quando chove muito. Não importa quais são os motivos (bueiros entupidos, falta de galerias pluviais, terreno baixo, etc.). O que importa é que a administração do tribunal tem que agir preventivamente antes que os problemas se repitam. Aliás, o planejamento é uma lição básica aprendida no Curso de Administração Judiciária da FGV, no qual vários gestores deste tribunal têm participado. A medida que determinou o fechamento das varas às 15h não veio acompanhada de uma solução para a retirada de pessoas do prédio. Sim, porque o problema era justamente sair do prédio sem colocar os pés e as roupas na água e nos candidatar a contrair leptospirose ou cair num bueiro. Na saída, ficamos no sinal pedindo carona. Sem contar que ficamos até as 15h sem comer nada. O pior é que vimos vários servidores e juízes saindo com seus carros vazios sem sequer abrir a janela para justificar o motivo de não retirar o colega do prédio. Também não foram poucos os que fizeram “cara feia” quando eram abordados com pe-

didados de carona. Vi, inclusive, alguns preocupados com o “sobrepeso” nos seus carros novos. Dizem que é na hora da crise que conhecemos os verdadeiros amigos. É claro que não esperávamos demonstrações de amizade de pessoas que não nos conhecem ou que mal nos conhecem, mas, ao menos, um mínimo de solidariedade. Espero, sinceramente, que tal acontecimento tenha servido de alerta para que a administração do tribunal tome as medidas cabíveis no sentido de que isso não se repita. Um tribunal que, pelo menos em tese, deve resguardar o direito à dignidade da pessoa humana, expresso por um princípio constitucional, deve primeiramente dar o exemplo na aplicação de tal princípio com seus servidores, juízes e jurisdicionados. Como gestora, muitas vezes erro querendo acertar e é neste sentido que faço tal crítica. Desejo que a mesma seja recebida como crítica construtiva assim como recebo humildemente as críticas de meus colegas, juízes e jurisdicionados através de diversos meios tais como reuniões, conversas informais, ouvidoria e pesquisa de satisfação.

Lilia Moreira Vianna Moura
Diretora da 2ª VT/RJ

O portal do Sisejufe e o ressarcimento de plano de saúde no TRE

Quero cumprimentar a todos que fazem o Sisejufe por disponibilizar um site de boa qualidade aos sindicalizados e a todos em geral. Aproveito também para parabenizar pela nova carteira de associado que é de altíssima qualidade. Estou preparando um material escrito, baseado em levantamento feito em órgãos do Judiciário e do Executivo, em que opino sobre a Assistência de Saúde dada aos servidores do TRE, irrisórios R\$ 90,00 para qualquer faixa etária. Creio ser o TRE o órgão que menos destina aos servidores recursos de ressarcimento à Assistência de Saúde dentre os Três Poderes. Isto porque não se preocupa em trabalhar bem na elaboração de seu orçamento. É impossível que os aposentados, na maioria acima de 65 anos, que pagam em média cerca de R\$ 600,00 por um plano de saúde, recebam apenas R\$ 90,00 de ressarcimento.

Paulo Roberto Garcia Coelho TRE-RJ

Determinação do CJF sobre jornada não trará benefícios

Sou funcionária da Justiça Federal há mais de 13 anos. Também tive oportunidade de trabalhar em um banco, mais precisamente no antigo Banerj. Quando ali exercia minhas atividades, necessitávamos de um horário somente para execução das tarefas internas. Naquela ocasião, o horário de atendimento ao público era mais extenso do que é hoje. Atualmente sabemos que os bancos têm um horário de atendimento ao público menor para melhor adequação dos serviços internos. Aqui no Judiciário não é diferente. Precisamos de tempo para podermos exercer nossas atribuições internas sem a concomitância com o atendimento às partes. Nossa atividade exige uma maior concentração já que envolve cerca de 90% de práticas intelectuais. Por outro lado, hoje, todo tipo de consulta processual pode ser feita pela internet ou outros meios eletrônicos. Considerando todos estes aspectos, sugiro ao nosso sindicato que interceda junto aos conselhos e tribunais para que estes ponderem melhor sobre essa nova determinação de ampliar para oito ou mais horas o horário de atendimento ao público. Tal medida não trará benefício algum para o jurisdicionado, já que, com certeza, virá a obstaculizar a efetivação satisfatória das nossas tarefas, causando ainda mais estresse para todos. Principalmente àqueles que atendem ao público. E, o mais grave, não aumentará em nada a produtividade e a celeridade.

Jarluce da Motta Delgado Pazos
Justiça Federal/RJ

Idéias – Cara Jarluce, sobre esse assunto veja esclarecimentos do Sisejufe na página 14 desta edição.

Sobram recursos no

Max Leone*

Dados obscuros, que pareciam armazenados numa caixa preta, agora estão claros como água cristalina. É assim que os números do orçamento da folha de pessoal ativo, inativo e dos pensionistas das Justiças Federais podem ser vistos após análise da consultoria financeira contratada pelo Sisejufe, como noticiado no jornal Contraponto de novembro. Ao se debruçar e esmiuçar as planilhas dos três segmentos (Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral), o economista Washington Luiz Moura Lima encontrou uma situação favorável no orçamento, principalmente no que diz respeito à Justiça Federal no Rio. Semanas antes de o ano acabar, de acordo com o estudo encomendado pelo sindicato, no demonstrativo destinado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e demais instâncias, há sobra de recursos da ordem de 30,50% do custo total da folha em 2007 dos funcionários ativos.

“Entre o que foi orçado e o que acabou executado sobram R\$ 68.453.231,52 nos cofres da Justiça Federal”, aponta o economista. Ele ressalta que dos R\$ 3.053.611.265,00 do orçamento total, a folha consumirá R\$ 2.985.158.033,48 em 2007.

Tal saldo, para Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, deveria ser utilizado na quitação dos passivos que se arrastam ao longo dos anos como os Quintos e o juros dos 11,98%. Os dados do orçamento levam em conta que estão incluídas o pagamento da terceira e da quarta parcelas do Plano de Cargos e Salários (PCS) pagas aos servidores da Justiça Federal em 2007. “O Sindicato intensificará a luta para que

esses recursos sejam utilizados no pagamento dos passivos. Temos de pressionar a direção da Justiça Federal para que o pagamento seja efetuado e essa dívida com o funcionalismo seja sanada”, afirma Ponciano.

Em melhor situação encontra-se as contas do orçamento da folha de servidores inativos e dos pensionistas da Justiça Federal no Rio. De acordo com o estudo encomendado pelo Sisejufe, existe uma sobra de caixa de R\$ 21.961.238,33, o equivalente a 58,60% do orçamento total da folha dos aposentados que é de R\$ 509.184.343,00. O gasto estimado com o pagamento dos inativos e pensionistas, segundo Washington Luiz Moura Lima é de R\$ 487.223.104,67 em 2007. “O risco desse saldo não ser executado é a Justiça devolver os recursos ao Tesouro, sem remanejá-los para outros fins”, avalia Washington, ressaltando que também há um saldo de 7% nas contas do orçamento da União para pagar à Previdência Social dos servidores.

Déficit no TRT e no TRE

A análise da consultoria também foi feita nos outros órgãos da Justiça. No caso do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o levantamento encontrou uma situação diferente em relação à da Justiça Federal. No TRT, por exemplo, foi constatado um déficit de R\$ 12.086.177,22, ou seja, 34,48% dos R\$ 454.106.417,00 orçados para 2007. O gasto estimado com a folha dos servidores ativos atingiu R\$ 466.192.594,22. Já a folha dos inativos e pensionistas do TRT teria um saldo na casa dos R\$ 7.880.062,12, ou



37,53% do orçamento total para 2007, que é de R\$ 280.842.054,00.

“Essa situação poderá ser melhorada se o Tribunal Superior do Trabalho (TST) remanejar para o TRT parte do expressivo saldo que tem nas dotações para o pagamento de pessoal e encargos sociais, alterando o déficit para saldo de orçamento. De uma dotação autorizada de gastos de R\$ 638,4 milhões, foram liquidados até 2 de novembro, pelo TST, módicos R\$ 271,4 milhões. Ou seja, apenas 42,51%”, avalia Washington.

Para Roberto Ponciano, mesmo que o TST cubra o déficit de R\$ 12 milhões do TRT do Rio haverá uma folga de R\$ 267 milhões no caixa do TST que seriam capazes de quitar os passivos reivindicados pela categoria, como a Unidade Real de Valor (URV) e o Adicional de Qualificação (AQ), sem contar a possibilidade de se pedir créditos suplementares para cobrir despesas do orçamento.

No Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o estudo do economista Wa-

os tribunais



Washington Luiz Moura Lima estimou um déficit de R\$ 15.375.986,78. O orçamento autorizado da folha de pagamento de pessoal ativo, para 2007, era de R\$ 78.388.316,00, mas foram gastos R\$ 93.764.302,78. No entanto, no dia 5 de novembro, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a liberação de um crédito suplementar, oriundo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de R\$ 12,8 milhões, reduzindo, assim, o déficit para apenas R\$ 2,5 milhões. O mesmo ocorre com a dotação orçamentária para pagar as aposentadorias e as pensões. No dia 5 de novembro também saiu no DOU a liberação de crédito suplementar vindo do TSE de R\$ 4.111.059,00, reduzindo o déficit anterior para R\$ 6.869.824,88.

Recursos do TSE e vagas no TRE

“Está provado que o TSE tem recursos de sobra para cobrir os déficits dos tribunais, seja por meio de crédito suplementar, ou remanejamento. Ainda assim haveria recursos para pagamento dos passivos, como as verbas indenizatórias, o AQ, Progressão Funcional e

Gratificação de Agentes de Segurança (GAS)”, avalia Ponciano. O estudo do economista Washington Lima confirma que há recursos no TSE. Segundo ele, a uma dotação inicial de R\$ 184.611.292,00 foram acrescentados R\$ 175.931.001,00, totalizando R\$ 360.542.293,00 em 2007. Mas só foram liquidados R\$ 51.662.904,00, ou seja, 14,33%.

Ponciano lembra da necessidade de preenchimento de vagas no TRE do Rio. O dirigente ressalta que as vagas existem, mas a direção do tribunal teima em não convocar os aprovados no último concurso público para o órgão. “O Tribunal deveria aproveitar esse remanejamento de verbas do orçamento e convocar os concursados aprovados para ocuparem os cargos que estão em aberto. É uma maneira de acabar com a sobrecarga de trabalho para quem está no atrás do balcão, ao mesmo tempo em que aumenta a qualidade da prestação do serviço público à população”, defende o diretor do Sisejufe.

*Da Redação.

TRT é obrigado a pagar a URV

A ida da diretoria do Sisejufe ao CSJT, em Brasília, em 13 de novembro, surtiu efeito. Como tinha sido adiantado naquela data pelo diretor-geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Cláudio Guimarães Rocha, o ministro Rider Nogueira de Brito determinou ao TRT do Rio o pagamento dos 11,98% para os servidores, com prioridade sobre qualquer outro passivo a ser pago pelo tribunal. Em novembro, o sindicato protocolou os pedidos administrativos PET 152529/2007-3 e 152535/2007-3 requerendo providências nesse sentido. O CSJT determinou o pagamento de R\$ 14.448.501,00, para a URV e de R\$ 3.520.815,00, para pagamento dos créditos decorrentes da Lei nº 11.416/2006 - PCS (GAE, GAS e AQ).

Além da determinação para o pagamento da URV com prioridade, o CSJT determinou o congelamento do pagamento de juizes. Esta conquista é fruto de uma luta sem precedentes do Sisejufe em 2007. As sobras orçamentárias existentes que serão usadas nesses pagamentos serão repassadas pelo CSJT, já que na execução orçamentária do TRT não há sobras que possibilitem pagamento de passivos a não ser sobras oriundas de outras áreas, como pagamento de auxílio-saúde, treinamento e outras não vinculadas a pagamento de pessoal.

Não há possibilidade de o TRT destinar a verba para pagamento diversos, como, por exemplo, passivo de juizes. Isto porque, em resposta ao PAs do Sisejufe, o CSJT determinou ao TRT que não deveria fazer quaisquer pagamentos aos magistrados. É preciso continuar a luta conjunta em busca de outras conquistas e tensionar para o pagamento do AQ ainda este ano. Pela regulamentação do próprio TRT, a idéia é criar mais um passivo pagando o AQ só em 2008.

Aprovada no TRT regulamentação do AQ

Foi aprovada no dia 22 de novembro, em sessão extraordinária do Órgão Especial do TRT, a regulamentação do Adicional de Qualificação (AQ) que o Sisejufe vinha cobrando ao tribunal. O sindicato, inclusive, formalizou a cobrança através do pedido administrativo nº 152535/2007-3, formulado ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em 13 de novembro, através dos diretores do sindicato Roberto Ponciano e Nilton Pinheiro e do coordenador da Fenajufe Roberto Policarpo.

O Órgão Especial usou como parâmetro a Portaria Conjunta nº 1, de 7 de março de 2007, que regulamenta o AQ nos tribunais e conselhos superiores. No entanto, foram efetuadas alterações para adequação à realidade do TRT, tais como: 1) Quando não houver servidor capacitado para afirmar a validade ou não do curso a ser avaliado, será contratada empresa para este fim. 2) Haverá uma comissão, ligada a ESACS, para efetuar a avaliação e posteriormente seguirá os trâmites junto a Secretaria de Gestão de Pessoas –

SGP. 3) Caso haja a necessidade de apresentação de documento, solicitado pela administração, será estabelecido prazo de 30 (trinta) dias para entrega do mesmo.

Qualquer servidor que se sentir prejudicado em relação à não validação de curso para AQ deve procurar o sindicato. Vale lembrar que o Sisejufe também é contrário à contratação de empresa para gerir o processo de seleção dos documentos por considerá-la uma terceirização branca do Judiciário.



Opinião: a montanha pariu um rato

TRT, na contramão do TST, desagrada servidores

Roberto Ponciano*

A regulamentação do Adicional de Qualificação (AQ) pelo TRT foi uma pérola da falta de bom senso e de desrespeito aos servidores. Em lugar de usar como base a regulamentação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que é mais abrangente que a do STJ, o TRT decidiu inovar e usar a tabela da Justiça Federal, restringindo o direito de seus próprios servidores. Fica a pergunta: para que, então, existe o CSJT? O sindicato já impetrou um pedido ao Conselho para que a regulamentação a ser feita seja a do órgão superior e aguarda a resposta do pedido para avaliar quais outras medidas podem ser usadas para garantir o direito dos servidores.

O sindicato também coloca o seu Departamento Jurídico à disposição para aqueles servidores que se sentirem prejudicados pela regulamentação restritiva do TRT. Tanta purpurina para nada: a tal comissão de notáveis

feita pelo TRT, que demorou meses para regulamentar o que já estava regulamentada pelo CSJT, resolveu... copiar o STJ (!). Ora, se hoje os sindicatos e a Fenajufe pedem ao STJ que reveja sua regulamentação e copie a do CSJT, que é mais abrangente, que razão levou a tal comissão dos notáveis a usar como base uma regulamentação que restringe o direito do servidor.

Para piorar, o TRT demorou meses para responder que vai criar mais um passivo, regulamentou para pagar somente o ano que vem, sendo que existe verba específica destinada para o pagamento deste ano. Em resumo, o TRT do Rio fez aquilo em que é mestre: criou mais uma dívida. É lamentável que, em lugar de a administração do TRT se esforçar para pagar as dívidas atuais, ela elabore meios de ampliá-las.

Para coroar o festival de falta de critérios, o TRT ainda pretende “contratar assessoria especializada” para averiguar a pertinência dos currículos para

o recebimento da vantagem. Em outras palavras, o TRT pretende terceirizar a fiscalização dos critérios para concessão de AQ. A “competência” do TRT do Rio é incontestável quando se trata de terceirizar e privatizar setores. Os notáveis do TRT reuniram-se e concluíram que, naquele tribunal, não há servidores competentes para avaliar os próprios servidores. É a típica administração terceirizante, bem ao estilo da Fundação Getúlio Vargas. Na semana em que o TRT foi denunciado ao CSJT, pelo Sisejufe, por não regulamentar o AQ, ele o faz da pior maneira possível: criando dívidas, restringindo direitos e terceirizando a análise. É uma administração que dá reiteradas provas de que não se preocupa nem um pouco com o direito de seus servidores.

Os servidores que se sentirem prejudicados pelos “critérios” da comissão de “notáveis” devem acionar o Departamento Jurídico do Sisejufe.

*Diretor do Sisejufe

CJF decide que planos de saúde terão ressarcimento

Imprensa Sisejufe*

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou na sessão de segunda-feira, 26, por maioria de votos, resolução segundo a qual a assistência à saúde de magistrados e servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º grau poderá ser prestada por meio de ressarcimento parcial aos que optarem por planos privados de saúde. O valor limite será de R\$ 90,00 por beneficiário titular ou dependente.

De acordo com a proposta aprovada, só fará jus ao ressarcimento o beneficiá-

rio que não receber auxílio semelhante nem participar de outro programa de assistência à saúde de servidor custeado pelos cofres públicos. A resolução disciplina quem são os beneficiários do auxílio, os documentos necessários à sua inscrição e em que casos o beneficiário perde o direito ao seu recebimento.

Relatada pelo coordenador-geral da Justiça Federal, ministro Gilson Dipp, a proposta de resolução atende pedido formulado pelo Sisejufe e pela associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) acerca da regulamentação do pagamento de verba indenizatória de auxílio-saúde aos seus associados, prevista no arti-

go 230 da Lei 8112/90, com redação dada pela Lei 11.302/06. Em sua fundamentação, o ministro citou a regulamentação do auxílio-saúde pelo Tribunal de Contas da União, na Portaria 129/2001, pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio da Portaria nº 49/2007, e pelo Conselho Nacional de Justiça, em sua Portaria nº 38/2007.

A sessão do Conselho, realizada em Brasília, foi presidida pelo ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça.

*Com informações do portal do CJF.

Quatro delegados representam categoria em atos de dezembro

Apesar da acanhada participação da categoria, haja vista a importância da Assembleia Geral convocada pelo Sisejufe neste 28 de novembro, em frente à Justiça Federal da avenida Rio Branco, foram eleitos quatro delegados da categoria para os atos do Dia Nacional de Lutas da Fenajufe, em 4 de dezembro, e para a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, da CUT, em 5 de dezembro. Ambos os atos acontecerão em Brasília.

Na assembleia também foi referendada a nota do Sisejufe contra a retaliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, ao revidar a uma ação popular de um cidadão de Brasília no STF, acabou por suspender todos pagamentos de passivos até o julgamento da ação. Com isso, o CNJ não só impediu o pagamento dos passivos recentemente reconhecidos dos magistrados, como também todo o paga-

mento de antigos passivos dos servidores do Judiciário Federal. Na nota, o Sisejufe também criticou a ato pessoal do cidadão que entrou com a ação popular, já que ele ocupa cargo de dirigente sindical no Distrito Federal e não consultou nenhuma instância antes de entrar com uma ação que pode significar transtornos à maioria da categoria.

Foram eleitos quatro delegados tanto para o Dia Nacional de Lutas da Fenajufe, em 4 de dezembro, quanto para a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, no dia seguinte. Os delegados eleitos foram: Roberto Ponciano (JF- Rio Branco), João Mac-Cormick (TRE), João Cunha (JF-Venezuela) e David Batista Cordeiro da Silva (TRT-Lavradio) – este último teve o seu nome ratificado na assembleia apesar de ter sido impedido pela chefia de participar do ato (veja nota ao lado).

Diretor sindical é impedido de participar de assembleia

O diretor do Sisejufe David Batista Cordeiro da Silva, servidor do TRT-RJ, foi impedido de participar da Assembleia Geral da categoria ocorrida às 12h de quarta-feira, 28 de novembro, em frente à Justiça Federal da Avenida Rio Branco. O superior imediato de David, Luís Henrique Amaro, que é chefe da Seção de Apoio às Varas da Capital (Sapov), não autorizou que o dirigente se ausentasse do tribunal sob a alegação de que não haveria substituto no período de sua ausência e de que o dirigente não poderia garantir que a assembleia se encerrasse antes das 14h.

Em abril deste ano, o diretor do Sisejufe David Cordeiro da Silva requereu, num PA, o direito de se ausentar para participar do Congresso da Fenajufe. O tribunal considerou, à época, que o

fato de o servidor ser dirigente sindical lhe permite eventuais ausências, desde que compensadas, e que não teria direito apenas a vale-alimentação e auxílio-refeição do período de ausência. Apesar disso, David já fora instado pelo chefe da Sapov a encaminhar pedido de autorização para se ausentar – mesmo para uma assembleia que aconteceria em frente ao tribunal em que trabalha.

Em decorrência disso, os servidores reunidos na Assembleia Geral de 28 de novembro, em frente à Justiça Federal, aprovaram a uma moção de repúdio ao ato do chefe da Sapov do TRT, por considerá-lo atentatório à liberdade de organização e atuação sindical e porque está, inclusive, em desacordo com decisão anterior tomada pelo próprio TRT.

■ Diogo Nogueira ao vivo

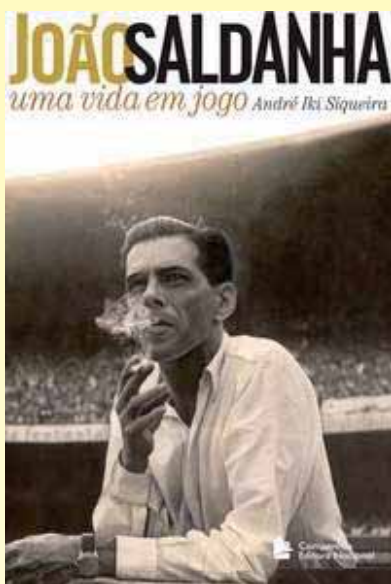
Diogo Nogueira lança o primeiro disco de sua carreira. O cantor que se apresentou no 8º Botequim do Sisejufe destaca-se nos palcos do samba carioca. A dúvida que poderia pairar é se o moço seguraria a onda de um CD como faz no palco. A resposta veio em dose dupla, com o lançamento de CD e DVD ambos ao vivo, que levam o nome do rapaz. Nos trabalhos, Diogo conta com a participação de Marcelo D2, Xande de Pilares e Marcel Powell.

Diogo é filho de João Nogueira, mestre do samba que fez história na Portela. Das 14 faixas do CD, há duas canções do pai: "Poder da criação" e "Batendo a porta" (ambas parcerias com Paulo César Pinheiro). Mas Diogo não fica só nos vocais, em alguns momentos acompanha no violão um time de grandes músicos, formado, entre outros, por Alceu Maia – que além do cavaquinho, assina a



produção –, Dirceu Leite, Wallace Peres e Marçalzinho, filho de Mestre Marçal. O DVD é um registro mais longo do show, com seis músicas que não foram incluídas no disco: "Minha missão", "Súplica", "Do jeito que o rei mandou", "Água de chuva no mar", "Espelho" e o samba-enredo da Portela para o Carnaval 2008, que leva a assinatura de Diogo (ao lado de Ciraninho e Celsinho de Andrade).

■ João Saldanha, uma vida em jogo



O livro escrito por André Iki Siqueira, reconstitui os 73 anos da vida de João Saldanha, e vai bem além do futebol. São imagens, depoimentos e documentos inéditos de arquivos dos órgãos de informação da ditadura militar. Foram mais de três anos de pesquisa e mais de 70 entrevistas com jogadores de futebol, jornalistas, desportistas, amigos, adversários e familiares do ex-craque do Botafogo.

Quem conheceu João Saldanha apenas como um homem do futebol vai se surpreender com o ativista político e se apaixonar pelo personagem mais polêmico do esporte brasileiro. O livro aborda as aventuras, a paixão pelo Botafogo, as brigas, os debates, as frases antológicas e os principais fatos históricos do Brasil e do mundo que tiveram influência na vida de João Saldanha, o mais consagrado comentarista esportivo do país.

As 551 páginas contam a história do menino de pai rico que virou dirigente estudantil e do Partido Comunista, depois se tornou jornalista e cobriu a Segunda Guerra na Europa e terminou como comentarista de futebol nos grandes jornais, rádios e Tvs. Saldanha foi o técnico que classificou o Brasil para a Copa do Mundo de 1970, desafiou o regime militar, foi demitido da seleção e correu risco de vida.

■ Teatro para todos

Durante o mês de dezembro, os cariocas vão poder ir ao teatro pagando menos. É o projeto Teatro para Todos, iniciativa da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro (APTR). O evento terá cerca de 70 mil ingressos para 58 espetáculos, adultos e infantis. Com o objetivo de renovar o público do teatro e fazer as artes cênicas integrarem o cotidiano da cidade, a quinta edição da campanha **Teatro Para Todos** começa no dia 30 de novembro e vai até 23 de dezembro. Entre os espetáculos incluídos no evento, os cariocas poderão assistir, por preços populares, sucessos como "O Bem Amado", de Dias Gomes, com Marco Nanini, por R\$ 25 – o preço normal é R\$ 80. Outras comédias de sucesso também fazem parte do projeto como, "Não sou feliz mais tenho marido" e "Cada um com seus problema". O musical "7", que tem a trilha sonora assinada por Ed Motta, também está com desconto. Para as crianças, uma boa pedida é o espetáculo "Um lobo nada mal". Os ingressos podem ser compra-



dos através da internet, pelo site: www.ingresso.com, no quiosque na Cinelândia (segunda à sexta, das 9h às 19h e no sábado das 9h às 12h – até 9 de dezembro). Ou nas lojas Americanas de Ipanema, Centro, Barra da Tijuca ou Rio Sul, na Modern Sound em Copacabana, e nos postos BR (Maracanã e Lagoa) e no Shell de Niterói.

Estupidez à flor da pele

O ganhador do prêmio Nobel de Medicina de 1962, o americano James Watson, conhecido por suas declarações controversas, criou uma nova polêmica na Grã-Bretanha ao afirmar que os africanos são menos inteligentes do que os brancos. O geneticista de 79 anos recebeu uma salva de críticas após uma entrevista publicada pelo Sunday Times. O cientista, premiado com o Nobel de Medicina em 1962 por ser co-descobridor da estrutura do DNA, se disse “pessimista a respeito do futuro da África”.

“Nossas políticas sociais são fundadas no fato de que sua inteligência é a mesma da nossa (ocidentais brancos), enquanto que todas as pesquisas dizem que não é exatamente este o caso”, explicou nesta entrevista o Dr. Watson, que dirige um importante instituto de pesquisas nos Estados Unidos. Sempre afirmando que deseja a igualdade entre os homens, o cientista assegurou que “as pessoas que têm negócios com funcionários negros acham que isto não é verdade”.

Os protestos não tardaram. O famoso Museu de Ciências de Londres cancelou a participação do Dr Watson em um debate. “Sabemos que cientistas eminentes podem às vezes provocar controvérsias e o Museu de Ciências não recua diante de um debate sobre idéias controversas”, explicou o porta-voz. “Mas o Museu de Ciências considera que as recentes declarações do prêmio Nobel James Watson passaram dos limites aceitáveis de um debate e em consequência cancelamos sua participação”.

O secretário de Estado de Ensino, David Lammy, afro-descendente, também condenou as declarações “profundamente chocantes” do Dr Watson.

Henry Kelly: “A atividade científica está fundamentada na promoção e na veracidade de novas idéias, que se apóiam em fatos, embora controversos, mas Watson optou por usar sua estatura intelectual para promover preconceitos racistas, rancorosos e sem fundamento científico”.

“É lamentável que um cientista tão eminente possa deixar seus próprios preconceitos interferir em seu trabalho”, comentou Lammy. Para o deputado trabalhista e ex-ministro Keith Vaz, “é triste ver um cientista de tal renome fazer comentários tão infundados, não-científicos e extremamente chocantes”. A comunidade científica também rejeitou as afirmações do pesquisador americano.

A Federação de Cientistas Americanos (FAS) declarou-se indignada com as afirmações “racistas” pronunciadas pelo prêmio Nobel de Medicina. “Num momento em que a comunidade científica se sente ameaçada por forças políticas que buscam diminuir sua credibilidade, é trágico que um dos membros mais eminentes da ciência moderna desonre assim a profissão”, declarou nesta quinta-feira em comunicado Henry Kelly, presidente da FAS.

“A atividade científica está fundamentada na promoção e na veracidade de novas idéias, que se apóiam em

fatos, embora controversos, mas Watson optou por usar sua estatura intelectual para promover preconceitos racistas, rancorosos e sem fundamento científico”, acrescentou. “Estas declarações mostram que (Watson) perdeu a razão”, prosseguiu Kelly. A FAS, que conta com 68 prêmios Nobel em todas as disciplinas, foi criada em 1945 por cientistas do projeto Manhattan que permitiu a criação da bomba atômica.

O professor Steven Rose, neurobiologista britânico, lembrou que o dr. Watson inicia freqüentemente este tipo de controvérsia. “Ele é conhecido por suas declarações mordazes (...) que são racistas, sexistas, homófobas, profundamente chocantes”, declarou à BBC. O Dr Watson já havia causado polêmica entre seus pares ao afirmar que as mulheres deveriam ter o direito de abortar se os exames pudessem identificar os genes da homossexualidade no feto.

Também teria dado a entender que poderia haver ligação entre a cor da pele e os impulsos sexuais, o que explicaria o porquê de os negros terem uma libido mais desenvolvida que os outros, segundo ele. No mesmo caminho, aquele que é considerado por muitos “o avô do DNA” afirmou que se poderia um dia modificar a genética para criar pessoas mais belas. “As pessoas dizem que seria horrível se pudessemos fazer com que todas as pessoas fossem bonitas”, declarou, de acordo com a imprensa. “Eu acho que isto seria fantástico”. Esta nova polêmica deverá de qualquer forma assegurar uma publicidade eficaz para o último livro do cientista intitulado “Evitem as pessoas chatas”...

Da Agência France Press.

Um ano de ocupação

Há 30 anos abandonado e bastante danificado, o prédio que um dia foi o Museu do Índio, ao lado do Maracanã, hoje abriga os verdadeiros donos da terra brasilis. No último dia 20 de outubro, o movimento de ocupação Tamoios dos Povos Originários completou um ano no local. Várias etnias indígenas como os Xavantes, Maiurunas, Tabajaras, Tucanos, Ianomamis, Guajajaras, Pataxós, Apurinãs, Guaranis, Carajás e Tumpinambás se revezam, dia e noite, para guardar o espaço e manter o resgate da cultura de seus povos.

Max Leone*

A data para o início da ocupação não poderia ser mais propícia. Os índios consideram o dia 20 de outubro como o início do genocídio dos povos das Américas, após a chegada de Cristóvão Colombo, “o descobridor da América”, em 1492. “Não é uma ocupação de moradia, e sim de resistência”, avisa uma das coordenadoras do movimento, a professora de história Marize Tamikuan, descendente dos Guaranis. “É a busca pela terra sem males”, complementa.

Cansados e criticando o descaso do governo federal, especialmente da falta de iniciativa do Ministério da Agricultura e do Inbra, os índios do movimento Tamoios (que quer dizer “os mais velhos”, “os primeiros”) resolveram, por conta própria, mostrar que é possível fazer alguma coisa. Projetos eles têm. A ideia é criar um instituto que ajudará na preservação da cultura nativa. Lá, segundo seus planos, haverá espaços para aulas dos vários dialetos, exposições de arte entre outros eventos. Tudo para acabar com o isolamento e reagrupar os povos indígenas que estão espalhados pelo Estado do Rio e Brasil afora.

O projeto de criação do Instituto Tamoios dos Povos Originários foi entregue em 2006 ao governo. Mas, até agora, o Planalto não se pronunciou sobre o assunto. A ocupação ocorreu



Fotos: Samuel Tosta

Encontro de etnias: movimento é exemplo positivo de resgate da cultura nativa

em meio a informações de que o antigo prédio do museu – que se transferiu para Botafogo – seria demolido e o terreno na Rua Mata Machado transformado em área de estacionamento para os Jogos Panamericanos do Rio.



“Não é uma ocupação de moradia, e sim de resistência”, avisa Marize Tamikuan, descendente de Guaranis.

Passado o primeiro susto, agora existem os boatos que o *parking* seria construído para a Copa do Mundo de 2014.

Trabalho e exemplo positivo

A ocupação não é desordeira. Os coordenadores do movimento dizem que o Ministério Público Federal no Rio, emitiu parecer favorável à permanência dos representantes dos povos nativos no espaço. Apesar de muito mal tratado, o prédio ganhou vida com a presença dos índios, seus verdadeiros donos. Toda a contribuição é bem-vinda para eles, que vivem de sua resistência e de doações de voluntários.

Na área em que foi montada uma

e resistência indígena

pequena exposição permanente nos deparamos, logo na entrada, com uma espécie de tótem representando boa parte das etnias que por ali passam e dão sua contribuição na ocupação. Do lado de fora uma grande oca e outra menor foram montadas. São espaços para reuniões, danças, e uma disputa de Uka-Uka – uma luta indígena.

O que mais chama a atenção é alegria com que eles falam, se referem e trabalham pela manutenção do espaço. Nas horas vagas, Amauri Pakari, de 24 anos, um pataxó de Porto Seguro, no Sul da Bahia, solta umas baforados de seu Timbero, espécie de cachimbo, para matar a saudade da família que não vê há mais de seis meses. Ele é parente direto do índio Galдино, que morreu queimado por homens brancos. Juntamente com Affonso Apurinan, de 42 anos, cuja tribo fica no município de Boca do Acre, “entre os rios Acre e Purus” como faz questão de localizar geograficamente, os dois têm sido os responsáveis pela montagem do cenário, o que para Apurinan não é segredo. Sem perder suas referências históricas, ele já atuou, como ator, em vários trabalhos na televisão, incluindo a minissérie “A Muralha”.

O movimento de ocupação é um exemplo positivo de resgate da cultura, da manutenção da fé, da dignidade, do amor desses primeiros brasileiros que sempre estiveram à margem das prioridades da nação, se é que se tirando as elites econômicas, algum outro segmento pode ser considerado prioritário nesse país.

*Da Redação.



O Sisejufe e a jornada de 6 horas

Valter Nogueira Alves*
Roberto Ponciano*

O Sisejufe recebeu alguns e-mails com reclamações a respeito da extensão do horário de atendimento nos TRFs. Algumas dessas mensagens culpam o sindicato pelo aumento do horário de atendimento aos advogados, já que agora não haverá mais funcionamento com balcão fechado – serão oito horas de funcionamento com balcão aberto, conforme decidido na última reunião do Conselho da Justiça Federal (CJF), no dia 29 de outubro, no Hotel Sofitel, no Rio de Janeiro.

Ainda que o sindicato não tenha discutido nem em assembléia, nem em reunião de diretoria a questão do funcionamento das varas e secretarias com o balcão fechado, o sentimento da maioria dos servidores é de que este funcionamento é necessário. Como o sindicato não é uma entidade desconectada do sentimento dos trabalhadores, defendemos então que haja este tipo de trabalho à parte, para que as varas e cartórios possam dar conta de seus serviços de uma maneira mais tranquila.

Mas, por que então o sindicato não interveio na questão tentando evitar a regulamentação da maneira como foi feita? Por uma razão muito simples, o Sisejufe não teve acesso com anterioridade à posição do ministro Gilson Dipp. Durante a realização da sessão é vedado à platéia intervir no debate. A sessão, ainda que aberta, não permite a fala das entidades representativas dos trabalhadores e uma intervenção indevida pode significar a retirada do plenário.

Sindicato negociou jornada com o presidente do TRF-2

O sindicato foi informado de que havia um pedido de consulta para unifor-

mização da jornada/funcionamento e que a posição dos presidentes dos TRFs era pela implementação da jornada de 8 horas, mais uma de almoço. Diante desta informação, em reunião com o presidente do TRF 2, conseguimos que ele revisse sua posição. O Sisejufe argumentou que os trabalhadores já cumprem, minimamente, 7 horas, e que há setores com trabalho análogo ao de digitação – onde já caberiam as 6 horas. Na verdade, a posição do sindicato é de 6 horas para todos, mas na negociação tivemos que ponderar para evitar o pior: as 8 horas para todos.

Do desembargador Castro Aguiar, presidente do TRF 2, ouvimos o pedido para mudar o horário de funcionamento dos TRFs, para de 10h às 18h, como medida de economia e segurança. A princípio, não haveria nenhum problema do sindicato quanto a esta medida, já que muitos servidores são favoráveis a ela. Todavia, na reunião do CJF fomos surpreendidos com a

posição do ministro Dipp pelas 8 horas de funcionamento com os cartórios/secretarias/gabinetes abertos – posição não ventilada anteriormente e que acabou passando por unanimidade no conselho.

Naquele momento não houve como o sindicato intervir. Se a categoria se sentir atingida pela medida de aumento do horário de funcionamento dos balcões, faremos um pedido de revisão da posição no CJF. Frisamos que, não obstante esta medida que nos surpreendeu, tivemos uma vitória em continuar a dar a autonomia aos tribunais para gerir a jornada de trabalho, podendo ela ser regulamentada em 6 horas diárias. Diante do novo horário, temos que lutar pela jornada de 6 horas com duas turmas de atendimento, o que resolveria a questão da abertura dos balcões – como já acontece no STJ, no CJF e no TRT do Rio Grande do Sul.

*Diretores do Sisejufe

Novo pedido de redução de jornada é feito

Na última reunião do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal (TRF-2), foi indeferido um pedido administrativo acerca das 6 horas de jornada de trabalho, formulado por um servidor do TRF. Outro pedido, feito pelo Sisejufe, foi apenso a este, de maneira equivocada em nossa opinião. O PA do servidor, por ser um pedido individual, foi extinto sem julgamento do mérito, já que trata-se de matéria de direito coletivo, não aplicável a um único servidor. O PA do sindicato, mais abrangente e com melhor fundamentação, por conta deste erro de tramitação do TRF, também foi considerado.

Em vista disso, o Sisejufe formulou novo pedido, assinado pelo diretor Valter Nogueira Alves, com base no Regime Jurídico Único (RJU) e na regulamentação do CNJ e do CJF, que dão

autonomia aos tribunais para normatizarem suas jornadas entre 6 e 8 horas. Nosso novo PA é também inspirado na experiência de redução de jornada de vários tribunais (CJF, STJ, TST, TSE, TRTs do Rio Grande do Sul, de Brasília e de Campinas). No CJF por exemplo, o número de feitos aumentou em cerca de 30% após a redução da jornada, além do que houve melhora nas relações de trabalho, com menos estresse e diminuição de ocorrências de doenças ocupacionais, como a LER/Dort.

Os diretores do Sisejufe ponderaram que é possível a extensão das 6 horas para todos os servidores e que isso significará ganho em qualidade de vida, produtividade e redução no número de licenças médicas. O presidente do TRF vai estudar o pedido do sindicato e anunciou sua resposta para o mês de dezembro.

O operário-padrão do século 21

Luiz Carlos Azenha*

A contagem do tempo é uma invenção humana. Se você acha que o tempo está passando mais rápido agora, tem razão. No mundo globalizado somos bombardeados continuamente por informação, por mensagens que nos convocam a consumir e pela oferta do tempo que nos pertence, cada vez mais, à empresa que paga nosso salário.

A gente mal se dá conta disso, mas o celular e a internet expandiram nossa jornada de trabalho. Nossa autonomia, portanto, diminuiu. Essa organização social resulta da ascensão das grandes corporações, que se sobrepujaram às regras de um estado que existia em seu nome. Todo esse discurso de que é preciso “controlar” o estado, de que o estado “pesa” e de que o estado deve ser “mínimo” é de graça? Não, é dos ideólogos privados, aque-

“É preciso vestir a camisa da empresa, defender a imagem da empresa, abdicar de seus direitos trabalhistas quando a empresa está em dificuldades financeiras, doar seus sábados, domingos e feriados para garantir o sucesso da empresa.”

“Abrimos mão de expressar nossas opiniões, da organização sindical ou comunitária, da participação política, da convivência social com a família e os amigos – abrimos mão de tudo isso para servir na infantaria da empresa-estado. Isso lá é jeito de gastar nossa única vida?”

les que são encarregados de arregimentar o “exército corporativo”.

Sai o estado e entra um novo discurso: é preciso vestir a camisa da empresa, defender a imagem da empresa, abdicar de seus direitos trabalhistas quando a empresa está em dificuldades financeiras, doar seus sábados, domingos e feriados para garantir o sucesso da empresa. É a lógica de acumulação de capital dessas empresas-estado, que precisam atuar unidas e coesas contra o “inimigo”, na disputa por mercado.

É essencial, portanto, que elas controlem nosso cérebro, razão pela qual os departamentos de Recursos Humanos sofisticam fórmulas para nos “motivar”. O contrato não escrito é esse: a empresa-estado se propõe a nos proteger da selva do mercado de falta de trabalho desde que juremos fidelidade aos interesses dela. Somos convocados a abdicar de nossa autonomia, de nossas idéias, de nossos amigos e de nossa família para “servir ao exército”.

A empresa-estado precisa de disciplina. De ordem unida. De coesão. Portanto, é preciso eliminar as vozes discordantes, independentemente de ideologia. Se você não concorda com

os princípios da empresa-estado, será colocado na rua. Não há espaço para dissidência se “nossa” meta é ocupar 50% do mercado em 6 meses.

Gripe, indigestão, dor-de-cabeça? Não me parece difícil explicar as vendas recorde de antidepressivos. Abrimos mão de expressar nossas opiniões, da organização sindical ou comunitária, da participação política, da convivência social com a família e os amigos – abrimos mão de tudo isso para servir na infantaria da empresa-estado. Isso lá é jeito de gastar nossa única vida?

Hoje pagamos para almoçar ou jantar dentro da empresa. Fazemos ginástica laboral na empresa. Deixamos os filhos na creche da empresa. Os dormitórios são dispensáveis porque as novas tecnologias – o celular, a internet, a videoconferência – permitem fazer de você um “servidor” em tempo integral. Todas as garantias constitucionais estão subordinadas a essa lógica: a liberdade de reunião, de opinião, de expressão e de organização continuam valendo, desde que sejam exercidas em defesa da empresa-estado.

*Jornalista. Publicado no blog: <http://viomundo.globo.com/site.php?nome=MinhaCabeça>

Da ditadura militar ao Novo

Helder Molina*

Entre 1964 e 1971, a ditadura militar decretou intervenção em 573 sindicatos, federações e confederações sindicais. Policiais e agentes civis do regime se tornaram interventores no movimento sindical. O sindicalismo passou a ser totalmente controlado pelos aparelhos militares. Em 1967, o general Castelo Branco reeditou o *“atestado ideológico”*, de triste memória do Estado Novo. Por estes atestados, os aparelhos de repressão política controlavam os candidatos aos cargos de direção da estrutura sindical, fazendo um filtro ideológico, vetando os que tivessem qualquer vínculo, ou mesmo suspeita de vínculo, com a oposição ao regime ou alguma relação com as esquerdas.

Após 1965, o movimento sindical praticamente desaparece. Embora continuem existindo, os sindicatos cumprem um papel de prestação de serviços assistenciais, médicos e jurídicos aos seus filiados, funcionando como uma repartição vinculada e controlada pelo Estado, um balcão homologador de rescisões de contratos ou um cartório de ofício burocrático. Não havia mais função política, reivindicatória ou ideológica.

Até a metade da década de 70, a sombra, as botas e a bodurna dominaram a cena política. A estrutura sindical, herdada do Estado Novo, permaneceu intocada. Os empresários e os pelegos (denominação dada aos dirigentes sindicais interventores ou que concordavam e participavam da estrutura sindical estatal militar) mantiveram-na sem alterações. Mudança apenas no final dos anos 70, a partir das mobilizações autônomas e independentes dos trabalhadores, via oposi-

ções sindicais, e o início da pressão contra a intervenção e pela liberdade de organização sindical.

O imposto sindical e a dívida externa

Toda a estrutura sindical, sob direção dos pelegos e policiais interventores, sobreviveu durante o regime militar com os recursos financeiros recolhidos pelo imposto sindical criado na Era Vargas. O imposto sindical sustentou os sindicatos oficiais, o empresariado (e suas federações e confederações patronais) e parte do Estado (fascista dos militares). Não houve por parte das direções sindicais qualquer contestação formal ao imposto e à estrutura sindical entre 1964 e 1979. Mesmo no período anterior à ditadura, de 1945 a 1964, em que viveu-se num ambiente relativamente democrático, o movimento sindical pouco fez para superar a estrutura corporativista. A nosso ver o sindicalismo, mesmo o dominado pelos comunistas e trabalhistas, adaptou-se e acomodou-se no corporativismo e no atrelamento ao Estado.

Os militares trataram de implementar uma série de medidas para superar a crise econômica do país e acelerar a expansão capitalista. Por um lado procuraram aumentar a taxa de exploração da força de trabalho para aumentar os lucros das empresas e, por outro, incentivaram um rápido processo de concentração do capital. Os instrumentos usados para garantir o aumento da exploração da força de trabalho foram a política salarial, os sindicatos atrelados e a repressão policial militar direta. Para concentrar capital, a ditadura promoveu fusões e incorporações, favorecendo ao mesmo tempo a instalação de multinacionais e estimulando a associação do grande capital nacional ao capital estrangeiro – daí o fortalecimento dos produtores de



bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos). A ditadura encarregou-se de incorporar-nos como economia dependente e subordinada ao capital externo e aos interesses e humores do capitalismo monopolista transnacional.

O crescimento de uma economia dependente, como a brasileira, faz aumentar as necessidades de importações de máquinas, equipamentos, matérias primas, produtos químicos e petróleo. Como as exportações não cresceram na mesma proporção das importações, a tecnoburocracia militar buscou volumosos empréstimos estrangeiros para pagar tais importações, comprometendo grande parcela dos recursos internos do país para pagamento de credores externos. Acontece, nesse período, o aprofundamento da dívida externa e da dependência aos capitais multinacionais ou de governos do capitalismo central.

Como conseqüência, vimos grande parte do setor agrícola voltar-se para

Sindicalismo: o renascimento



O desejo de desatrelar o sindicato dos patrões e do Estado, o fim do imposto sindical e a construção de uma nova estrutura sindical, de combate, de classe, de luta, surgida da base, num sentido antitadura e anticapitalista, se colocam como palavras de ordem das massas em movimento.

plantações extensivas visando a exportação, em detrimento da variedade e do abastecimento interno. Agrava-se, desse modo, a situação dos trabalhadores do campo e da cidade. Em regiões de produção agrícola, como Goiás, Pará e Mato Grosso, explodem conflitos pela posse da terra. Em São Paulo e no Paraná os pequenos proprietários, posseiros e meeiros são reduzidos quase à extinção, produzindo-se uma multidão de bóias frias e o aumento do êxodo rural, com intensa migração do campo para as cidades. Assim incharam as periferias e se acirrou a competição no mercado de trabalho.

Essa abundante força de trabalho disponível no mercado faz com que os capitalistas superexplorem e utilizem da

rotatividade para rebaixar os salários e solapar direitos dos trabalhadores. Era o “milagre econômico” que, segundo a propaganda do regime militar, transformaria um Brasil numa potência mundial. Tais políticas provocaram o crescimento das cidades e o surgimento de uma classe média consumidora. Cresceu, também, o número de trabalhadores nas indústrias, no comércio, nos bancos e nos serviços. E, do mesmo modo, avolumou-se o exército de desempregados e subempregados. A burguesia agrária se fortalecia ao passo em que crescia o número de assalariados rurais.

O Novo Sindicalismo

O aumento do número de assalariados, principalmente em São Paulo,

Rio e Belo Horizonte, conjugado com as péssimas condições de trabalho e baixos salários, faz com que se generalizem as lutas, principalmente na segunda metade da década de 1970. Eram, contudo, lutas fragmentadas e isoladas. Centenas de greves tinham as mesmas reivindicações, a luta contra o arrocho e a busca de autonomia e liberdade sindical. A vanguarda desse processo está em São Paulo, o pólo mais dinâmico do capitalismo industrial dependente brasileiro, com grande concentração de empresas, principalmente de automóveis, eletrônicos e eletrodomésticos, e onde a classe operária se torna sujeito político importante no processo de construção de um novo projeto sindical e político. No coração do capitalismo pulsa o sangue da classe que tende a enfrentá-lo com vigor e vontade. A luta dos trabalhadores industriais de São Paulo torna-se referência para o país.

Nos anos de 1977, 78 e 79, no auge da política de arrocho e de controle dos sindicatos, são as oposições sindicais que buscam mobilizar a classe. Na região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (incluído D de Diadema) e na capital São Paulo eclodem, de forma crescente e unificadas, fortes mobilizações contra a política salarial e o regime militar. O desejo de desatrelar o sindicato dos patrões e do Estado, o fim do imposto sindical e a construção de uma nova estrutura sindical, de combate, de classe, de luta, surgida da base, num sentido antitadura e anticapitalista, se colocam como palavras de ordem das massas em movimento. Surge, então, da boca dos trabalhadores, uma proposta de ruptura com o velho sindicalismo, que a história e a sociologia vão identificar como matrizes de um “Novo Sindicalismo”.

*Historiador, assessor de formação da CUT-RJ e coordenador do curso Marxismo do Sisejufe.

Neste Natal, esqueça Manon

Roberto Ponciano*

Chegou o Natal e as pessoas estão vítimas de uma espécie de embriaguez: comprar, comprar, comprar, comprar, comprar, comprar, comprar... As lojas cheias, pessoas se afogando em prestações, brinquedos e presentes eletrônicos caríssimos... é a grande celebração do Deus Manon, não o Deus Menino, o filho do homem, aquele que se fez carne para sofrer como todos nós, e que pobre, carpinteiro e operário, vagou pelo mundo pregando a igualdade e a solidariedade entre os homens. Aquele que disse, simplesmente: meu mandamento é este, que vos ameis uns aos outros, revogam-se as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua divulgação.

O que há de comum entre o nascimento do Menino Deus, a encarnação do espírito vivo, aquele que veio distribuir o perdão entre todos os homens, que foi capaz de salvar a adúltera (ou prostituta, é sempre uma versão, a leitura) de ser apedrejada; que disse que não veio salvar os sãos, mas os pecadores, desta festa mercantilizada, com um velhinho gorducho do anúncio da Coca-Cola propagando o ide e consumi-vos, pois esta é a razão de viver!

Que solidariedade é esta que se faz não através do abraço e da compreensão, mas sim através da compra, venda e troca de mercadorias?

E o que falar então para aqueles que não tem acesso à grande festa da mercadoria, colocados de lado pelo grande templo do consumo, sem dinheiro para comprar os presentes desta troca



“O que há de comum entre o nascimento do Menino Deus, aquele que veio distribuir o perdão entre todos os homens (...) que disse que não veio salvar os sãos, mas os pecadores, desta festa mercantilizada, com um velhinho gorducho do anúncio da Coca-Cola propagando o ide e consumi-vos?”

insana, e que pedem apenas um pouco de pão para que não morram de fome enquanto a humanidade celebra o desperdício?

Que me contradigam e falem que estou exagerando, mas a insanidade que vejo nesta época, com pais sacrificados para dar o “brinquedo” ou a “viagem dos sonhos”, me faz perguntar, que espírito de Natal é este?

Afinal, o Cristo proletário, carpinteiro e filho de carpinteiro, nasceu numa manjedoura pobre, e seus presentes foram símbolos de adoração e não a festa do comprar. A pobre criança da manjedoura com certeza olha com reprovação quando a humanidade transforma sua mensagem em cifras.

Sim, porque para confraternizar basta uma mesa, um pouco de comida, solidariedade, conversas, abraços.

Na sociedade do desvínculo, onde a única "pessoa" que fala nas casas é a TV (este tótem da solidão moderna, na qual existem milhares de meios de comunicação que não comunicam ninguém com ninguém) o Natal seria, em tese, o momento em que as famílias se reúnem e celebram. Celebram mesmo? Se o ápice da festa é conferir se o presente mais caro do ano foi recebido ou não, qual o sentido desta confraternização?

Nem religioso, no sentido estrito sou, já que não sou membro de nenhuma igreja, mas, talvez, tenha entendido a mensagem do Cristo Vivo mais do que muitos religiosos. Afinal, como se pode ser solidário por um dia? Como se pode se celebrar a cristandade um dia? E nem falo da cristandade em termos de seguir uma religião, mas de seguir sua mensagem.

Solidariedade é para todos os dias, ou somos solidários, ou não somos. Amor, carinho, fraternidade, lutar pela igualdade, ou é para todos os dias, ou é para dia nenhum. Não adianta nada rasgar as vestes, bater no próprio corpo, arranhar o corpo com as unhas dentro de uma igreja, achando assim que se está seguindo a mensagem de Jesus – isto é apenas ritualística vazia.

O que fazes para que a terra, nosso planeta, seja o paraíso prometido por Jesus no Sermão da Montanha?

A mensagem que o Revolucionário que condenou a riqueza (passará um camelo por uma agulha, mas um rico não entrará no Reino dos Céus) foi a da igualdade e a da fraternidade, a da esperança, a da amizade entre todos os povos, a do perdão, a da fraternidade.

Que fizeste no dia de hoje, semana do Natal para que nosso mundo seja mais igual? Qual foi a última vez que

olhastes para um pobre como um irmão, não como uma ameaça? Qual foi a última vez que te apiedaste do destino dos desgraçados? Dos deserdados, dos que tiveram o grande azar de nascerem pobres ou paupérrimos, na sociedade de Manon, Deus da Mercadoria?



Para mim é esta a verdadeira e única mensagem de Cristo. E não dá para adorar dois deuses, ou se adora Cristo, ou se adora Manon (são palavras da Bíblia). Posso não ser religioso, mas captei a mensagem da pregação cristã, que no Natal não celebramos a mercadoria, mas sim a nossa humanidade comum, nossa irmandade, que está em cada homem e mulher, independente de cor, raça, credo, etnia.

A humanidade que nos faz iguais está em muçulmanos e judeus, em negros e brancos, em evangélicos e espíritas, em pobres e ricos.

Portanto, ao celebrar o Natal, pense que não é através do *ter*, da mercadoria, do comprar e gastar que estarás seguindo a palavra do Deus vivo. Mas sim através do *ser*, do compreender, do entender que a mensagem do natal é a mensagem da solidariedade, de que todos somos iguais e que é missão nossa então acabar com a desigualdade, que não é criação divina, muito ao contrário, é uma criação do homem, que assim se tornou lobo do próprio homem.

Natal para mim é compreender, mais uma vez, que a missão de cada homem aqui é transformar a terra no nosso jardim, na nossa utopia, com paz e igualdade social.

“Afinal, o Cristo proletário, carpinteiro e filho de carpinteiro, nasceu numa manjedoura pobre, e seus presentes foram símbolos de adoração e não a festa do comprar. A pobre criança da manjedoura com certeza olha com reprovação quando a humanidade transforma sua mensagem em cifras.”

*Diretor do Sisejuferj.

CNJ suspende pagamento de passivos

No dia 20 de novembro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a suspensão de todo e qualquer pagamento de verba extra a juízes federais, trabalhistas e militares até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue a ação popular que contesta legalidade do recebimento destas verbas, cuja liminar ainda não foi apreciada pelo relator, ministro Eros Grau.

A ação popular foi ajuizada pelo coordenador-geral da Fenajufe, Roberto Policarpo, contra a decisão de setembro, quando o CNJ reconheceu que cerca de 6 mil juízes tinham direito de receber verbas que foram incorporadas ao subsídio mensal, fixado em 2005, e extintas. A ação popular foi um ato

pessoal de Policarpo e não foi discutida em nenhuma instância da Federação.

O Sisejufe discorda da forma como foi proposta a ação popular, por iniciativa exclusiva do dirigente, sem o devido debate na Fenajufe. Nosso sindicato considera que o reconhecimento e o pagamento dos passivos dos servidores nada tem a ver com o recente reconhecimento de passivos dos magistrados. Por isso, não é admissível que o CNJ, com o intuito de retaliar um cidadão que ocupa cargo de dirigente sindical em Brasília, cause prejuízo a toda categoria. O CNJ também determinou que os tribunais sustentem outros pagamentos de retroativos de verbas remuneratórias e indenizatórias reconhecidas a magistrados e servidores

em decisões administrativas, e executa aquelas verbas já apreciadas e autorizadas pelo STF e CNJ.

Na Assembléia Geral convocada pelo Sisejufe no dia 28 de novembro, a categoria ratificou a nota crítica do sindicato ao ato do dirigente sindical de Brasília, que levou à retaliação do CNJ. O Sisejufe também vai requerer ao CNJ, face à proximidade do fim de ano, que mantenha todos os pagamentos administrativos. Nesta edição de Idéias em Revista, apresentamos detalhes sobre a luta pelo pagamento dos passivos e informações sobre a situação orçamentária das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral no Rio de Janeiro – com dados apurados pelo sindicato a partir da contratação de uma consultoria. Veja nas páginas 6 e 7.

Dia Nacional de Lutas pelo pagamento dos passivos

Leonor Costa*

A terça-feira, 4 de dezembro, foi um dia de intensas atividades para a Fenajufe e os sindicatos filiados. Em todo o país, os servidores participaram de atividades de mobilização em defesa do pagamento dos passivos e contra a retirada de direitos em todos os ramos do Judiciário Federal.

A última reunião ampliada da Fenajufe, realizada no dia 25 de novembro, discutiu vários temas que preocupam a categoria, como a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de suspender todos os pagamentos admi-

nistrativos, referentes a passivos, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue a ação popular, impetrada pelo coordenador da Fenajufe Roberto Policarpo, que contesta legalidade do recebimento das verbas pelos magistrados. Na reunião ampliada de novembro, os servidores aprovaram realizar o Dia Nacional de Lutas, no dia 4 de dezembro, com mobilização em Brasília, no CNJ, e atos nos Estados. (...) Os representantes da Fenajufe e dos sindicatos reivindicarão o pagamento dos passivos, repudiando a decisão do Conselho.

*Imprensa Fenajufe.

Fenajufe completa 15 anos de lutas

Leonor Costa*

No dia 8 de dezembro, a Fenajufe completa 15 anos de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União. Para comemorar esta data importante para a categoria, a diretoria da Federação realizará o Seminário "Fenajufe: 15 anos de luta", que será no dia 8 de dezembro, às 9h, no Hotel Nacional, em Brasília.

Na atividade, a diretoria da Fenajufe espera contar com a participação de

representantes de todos os seus sindicatos filiados para comemorar e também discutir algumas questões relevantes para os trabalhadores.

A programação do evento incluirá os lançamentos da Rádio Fenajufe, da campanha sobre Assédio Moral e da revista da Fenajufe, além de painéis sobre: Flexibilização do direito do trabalhador e O movimento sindical nos 15 anos de Fenajufe e as perspectivas da Federação.

*Imprensa Fenajufe.

O verdadeiro trono

Lia Bock*

Há alguns anos o mundo vem falando, aqui e ali, sobre os sanitários compostáveis. Nesse meio tempo muita gente torceu o nariz ou simplesmente não deu muita bola. Mas hoje, quando o problema está todos os dias nos jornais, os sanitários secos ganharam, finalmente, o *status* que merecem. Eles já estão consolidados como tecnologia social para viabilizar o cocô sustentável há algum tempo, mas só agora assumiram o trono.

Para quem está embarcando hoje neste assunto, uma rápida explicação: os sanitários compostáveis transformam os problemas dos esgotos e do desperdício de água das descargas em solução para o solo. É uma forma eficiente de evitar que litros e litros de água limpa sejam misturados aos excrementos humanos. Neles, os dejetos (líquidos e sólidos) vão sendo depositados em uma câmara fechada e, com tempo e temperatura adequados, tornam-se um excelente adubo orgânico.

Não é exagero dizer que puxar a descarga do vaso sanitário convencional é ver descer esgoto abaixo nossa tão estimada água. E com ela um potencial adubo orgânico gratuito. Para quem ainda acha estranho tamanho apreço pelo cocô humano vão algumas informações. Um dado de 2005, fornecido pelo pesquisador americano Joseph Jenkins, mostra que o mundo gasta em média 90 bilhões de dólares com adubação química por ano. Se utilizássemos nossas próprias fezes, esse dinheiro poderia ser empregado de forma mais útil e o solo ficaria livre dos químicos. Além disso, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) informa em seu *site* que uma privada gasta em média entre 10 e 14 litros de água por descarga, podendo chegar a consumir 30 litros quando está desregulada.



A primeira pergunta que a maioria das pessoas faz com relação ao sanitário seco é: mas e os coliformes fecais? Os patógenos? O sistema do sanitário compostável pressupõe a aniquilação de todas as possíveis doenças presentes nas fezes. Nosso sistema digestivo funciona sob a temperatura de 37 graus e a melhor maneira de acabar com essas doenças é subir a temperatura. A experiência mostra que se a temperatura do recipiente onde ficam guardadas as fezes for de 50 graus, em um dia os patógenos estarão todos mortos. Como o ideal é deixar as fezes armazenadas entre três e seis meses, não há risco de contaminação.

Nesse processo não se produz poluentes, não se desperdiça água potável e ainda há um respeito pelos ciclos naturais. O que vai sair do seu reservatório de fezes, nada tem a ver com o seu cocô. Meses depois, o que haverá ali é húmus. Um material orgânico decomposto, que forma a base da vida no solo. Alguns podem ter esquecido, mas somos animais! O húmus eleva a capacidade de absorção de água do solo, fornece nutrientes importantíssimos e favorece as ações de microorganismos essenciais para a vida na terra.

Agora você pergunta: mas e o cheiro? Toda vez que alguém usa o trono joga uma porção de serragem (terra ou folhas secas) por cima. Isso elimina o cheiro, evita insetos e ainda absorve a umidade. Mesmo depois de um simples xixi a serragem é importante para evitar odores. Quando está cheia, sua câmara de compostagem deve ser fechada para os meses recomendados de decomposição. É por esse motivo que você precisa de duas câmaras (enquanto uma decompõe, a outra é usada) ou de câmaras móveis, que são levadas para decompor em outro lugar quando cheias. (...)

O sanitário compostável do IPEC foi finalista do prêmio Tecnologia Social 2005, promovido pela Fundação Banco do Brasil. Hoje, seis sanitários estão em funcionamento, fornecendo húmus às plantações. O material retirado das câmaras pode ir direto para o solo, ou pode passar algum tempo no minhocário, tornando-se ainda mais potente. Ele merece ou não merece o trono?

*Jornalista e parceira do IPEC/
Permacultura Latina.

O ano I do assalto ao céu

Emir Sader*

Noventa anos depois da vitória da Revolução Russa, parece difícil reconstruir o que foi o ano de 1917 para a História posterior. Basta dizer que naquele ano os EUA, depois de terem teorizado seu isolacionismo, distanciando-se da guerra na Europa, deram uma virada drástica e seu governo resolveu mobilizar a opinião pública para intervir no conflito bélico. Entrariam para decidir a guerra e, principalmente, debilitar o concorrente imediato à sucessão da Inglaterra decadente como nova potência hegemônica.

Ao mesmo tempo, a Rússia, com a vitória bolchevique, se retirava da guerra. Começava a se desenhar o mundo bipolar da segunda metade do século naquele duplo movimento.

Hoje, o clima instalado após o fim da URSS torna quase impossível imaginar o impacto que a Revolução Russa representou para a História da humanidade. A Comuna de Paris, de 1871, tinha sido a primeira vez que trabalhadores tomavam o poder, mas durou somente algumas semanas. Em 1917 se instalava o primeiro governo que se proclamara operário-campônês, que rompia com o capitalismo e o bloco de potências imperialistas.

O livro de Victor Serge, O ano I da Revolução Russa, publicado em belíssima edição pela Boitempo, permite a melhor reconstrução daquele momento mágico de “assalto ao céu”, em que todas as utopias andavam soltas. Quebrada a carcaça que bloqueava o desenvolvimento da sociedade russa, sob o impacto da guerra interimperialista, afloraram todos os sonhos libertá-

rios da humanidade, justamente em um país “atrasado”, asiático, não na Europa “avançada”, como seria se tivesse ocorrido na Inglaterra, na Alemanha ou na França.

As potências ocidentais acusaram o golpe, a ameaça do que aquela revolução representava e onze exércitos invadiram a Rússia, apoiando a contra-revolução – talvez numa primeira versão das “guerras humanitárias”. O jovem poder soviético sofreu, além das destruições e sofrimentos provocados pela participação na guerra interimperialista a que o czarismo tinha levado o país e os mencheviques deram continuidade, as agressões militares e o bloqueio econômico. Para castigar o péssimo exemplo e tentar inviabilizar a sobrevivência do poder anticapitalista.

“Olhando noventa anos depois, parece uma fatalidade; mas não foi assim. A História sempre apresenta alternativas e o destino do capitalismo e do socialismo continua aberto.”

Um poder que sobreviveu com um regime de comunismo de guerra, repartindo o pouco de que dispunham, mas que suscitava a atenção e a solidariedade mundiais. A grande aventura utópica passou a ser visitar a URSS, o único país no mundo que – como disse recentemente uma espia inglesa que trabalhava para os bolcheviques, justificando sua atitude –

dava de comer a todos os operários e camponeses.

Nascida na periferia do sistema capitalista, a revolução socialista russa entretanto não conseguiu se estender para algum país do centro, que poderia resgatá-la, e ficou isolada. O fracasso da revolução alemã praticamente definiu o destino da revolução russa e o itinerário das revoluções, em vez de marchar para a Europa ocidental, se dirigiu para a Ásia, para um país ainda mais periférico: a China.

O socialismo, que deveria ser, na concepção de Marx, a negação e a superação do capitalismo, com a incorporação do desenvolvimento promovido por este, pelas ironias da História, terminava polarizando a periferia atrasada contra o centro rico, mantido pelo capitalismo. Olhando noventa anos depois, parece uma fatalidade; mas não foi assim. A História sempre apresenta alternativas e o destino do capitalismo e do socialismo continua aberto.

Os tempos heróicos descritos por Victor Serge em seu livro servem para sentirmos de perto os sonhos, os dramas e os impasses que um processo revolucionário contém no seu bojo. São os momentos em que a história está mais perto de ser definida pela ação consciente dos homens. Não por acaso a Revolução Francesa, a Revolução Russa, a Revolução Cultural chinesa, a Revolução Cubana foram incorporadas definitivamente ao acervo dos maiores momentos da História da humanidade. Momentos em que os homens e as mulheres puderam tomar o céu por assalto.

*Sociólogo. Agência Carta Maior.

De 22 a 25 de outubro, o Sisejufe, a CUT e o Sindicato dos Bancários promoveram o *Seminário 90 Anos da Revolução Russa* para lançar luz sobre alguns episódios históricos e discutir as suas distorções, principalmente após a queda do Muro de Berlim. O evento reuniu lideranças e militantes dos movimentos sindical e social, estudantes e trabalhadores em geral. O seminário analisou o contexto histórico, o significado político, as heranças deixadas pela Revolução Russa, a atualidade do marxismo e da luta pelo socialismo. Conheça, aqui, opiniões de alguns dos participantes.

O seminário foi uma importante iniciativa política do Sisejufe e da CUT, pois discutir o contexto histórico e o significado político da Revolução Russa recoloca a necessidade de um projeto coletivo dos trabalhadores tendo como o horizonte o socialismo. O capitalismo é um sistema produtor de barbárie, exclusão, competição irracional, destruição de forças produtivas e do meio ambiente. A continuidade da vida humana corre perigo se essa lógica

destrutiva não for contida. O mercado virou uma religião, o dinheiro e o consumo foram transformados em deuses. O seminário serviu para recolocar a atualidade do marxismo, das análises marxistas sobre os desafios do tempo presente. Vimos que as denúncias, as críticas e as propostas de Marx, escritas no século XIX, estão atuais, presentes nos tempos neoliberais. Precisa-

mos enfrentar a fragmentação da esquerda, o neopragmatismo, que esvazia a política, e o dogmatismo, que torna setores da esquerda impotentes diante da realidade.

Helder Molina – Historiador, professor da faculdade de educação da UERJ e assessor de formação da CUT-RJ.



A discussão sobre marxismo nos dias de hoje é muito mais importante do que em outras épocas. Vivemos em um contexto de total despolitização e iniciativas como a do Sisejufe ajudam a plantar uma semente que vai brotar e influenciará na transformação da sociedade. Discutir o marxismo hoje é mais necessário,

pois naquela época muitos pensadores não se contentavam e contestavam as contradições do mundo. Hoje, as pessoas pensam seus projetos individuais”.

Maria Onete Lopes
Doutora em Filosofia da Educação (UFSCAR) e da Universidade Estácio de Sá.

Mais do que nunca é válida a discussão da Revolução Russa. Ao longo dos anos foram feitas muitas avaliações superficiais das forças que atuaram no processo revolucionário. Hoje é preciso e pode ser feito uma discussão profunda, por exemplo, do proletariado. É necessário se definir melhor o papel desse segmen-

to. Temos espaço muito grande para essa reflexão. Temos que aprender a lição, deixar de lado a visão das duas correntes que sempre se digladiaram e avançar na formação de novas lideranças.

Ernesto Germano Parés
Consultor sindical e assessor sindical do Sintergia-RJ.

É importante e atual lembrarmos da Revolução Russa. Os bolcheviques, ao articularem um governo soberano para a Rússia, optaram por não se subordinar às economias mais fortes da época na Europa.

desses centros e a construção de uma opção ao universo capitalista. Isso é muito atual no Brasil de hoje. Que tipo de nação queremos? Uma nação subordinada ou independente?

Por isso, lembrar a luta dos russos há 90 anos é, para além de uma homenagem, uma possibilidade de pensarmos que tipo de país estamos construindo.”

Raul Pont
Deputado Estadual PT/RS e professor de História.

Mesmo entre os primeiros revolucionários havia quem achasse que a Rússia devia continuar atrelada ao capital estrangeiro, submetida à força econômica da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Homens como Lênin e Trotsky mostraram que era possível a independência

Em um período de crescimento das lutas sociais e formação de governos contrários ao neoliberalismo na América Latina, a comemoração da revolução soviética é de grande importância, pois contribui na discussão, sempre à luz da história, dos grandes avanços e também contradições, muitas delas traumáticas, das experiências socialistas do século XX. Ao organizar o seminário, o Sisejufe resgata o que de melhor houve no movimento sindical brasileiro, hoje infelizmente deixado de lado por um certo sindicalismo plenamente adapta-

do a ordem e profundamente burocratizado: a discussão sobre a história do movimento operário mundial e seus ensinamentos, elemento fundamental tanto para a necessária batalha de idéias contra os valores de capital quanto para o fortalecimento de um sindicalismo que não só defenda a classe trabalhadora diante do capital como contribua na construção de um novo projeto socialista para o nosso país”.

Luis Eduardo Mergulhão Ruas – Sociólogo, mestre em História, professor da Rede Estadual.

Para juiz, proteção à mulher é “diabólica”

Silvana de Freitas*

Alegando ver “um conjunto de regras diabólicas” e lembrando que “a desgraça humana começou por causa da mulher”, um juiz de Sete Lagoas (MG) considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha e rejeitou pedidos de medidas contra homens que agrediram e ameaçaram suas companheiras. A lei é considerada um marco na defesa da mulher contra a violência doméstica.

“Ora, a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem (...) O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!” A Folha teve acesso a uma das sentenças do juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues que chegou ao Conselho Nacional de Justiça. Em 12 de feve-

Juiz Edilson Rodrigues: “Ora, a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem (...) O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!”

reiro, sugeriu que o controle sobre a violência contra a mulher tornará o homem um tolo.

“Para não se ver eventualmente envolvido nas armadilhas dessa lei absurda, o homem terá de se manter tolo, mole, no sentido de se ver na contingência de ter de ceder facilmente às pressões.” Também demonstrou receio com o futuro da família. “A vingar esse conjunto de regras diabólicas, a família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras, porque sem pais; o homem subjugado.” Ele chama a lei de “monstrengo tihoso”.

Rodrigues criticou ainda a “mulher moderna, dita independente, que nem de pai para seus filhos precisa mais, a não ser dos espermatozoides”. Segundo a Folha apurou, o juiz usou uma sentença-padrão, repetindo praticamente os mesmos argumentos nos pedidos de autorização para adoção de medidas de proteção contra mulheres sob risco de violência por parte do marido.

A Folha procurou ouvi-lo. A 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas informou que ele está de férias e que não havia como localizá-lo. Sancionada em agosto de 2006, a Lei Maria da Penha (nº 11.340) aumentou o rigor nas penas para agressões contra a mulher no lar, além de fornecer instrumentos para ajudar a coibir esse tipo de violência.

Seu nome é uma homenagem à bifarmacêutica Maria da Penha Maia, agredida seguidamente pelo marido. Após duas tentativas de assassinato

Foto: Valter Campanato/Abr



Maria da Penha: paraplégica após agressões do marido

A Lei Maria da Penha (nº 11.340) aumentou o rigor nas penas para agressões contra a mulher no lar, além de fornecer instrumentos para ajudar a coibir esse tipo de violência.

em 1983, ela ficou paraplégica. O marido, Marco Antonio Herredia, só foi preso após 19 anos de julgamento e passou apenas dois anos em regime fechado. Em todos os casos em suas mãos, Rodrigues negou a vigência da lei em sua comarca, que abrange oito municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, com cerca de 250 mil habitantes. O Ministério Público recorreu ao TJ (Tribunal de Justiça). Conseguiu reverter em um caso e ainda aguarda que os outros sejam julgados.

*Jornalista da sucursal de Brasília da Folha de S.Paulo.

Uma grande hipocrisia

Max Leone*

O olhar de Patrícia¹ parece perdido no ar. A música toca alto num ambiente sombrio de bares e pequenas boates. Muitas mulheres circulam pelos corredores, algumas seminuas. Os homens conversam, entre um copo de cerveja e outro, enquanto escolhem com quem vão se deitar. Mesmo assim, nada parece perturbar a jovem de 26 anos, cabelos ruivos molhados e olhos claros. Parada em frente à porta de um dos estabelecimentos, está à espera de alguém – que não é o seu “príncipe encantado”. Na verdade, o que ela aguarda ali são clientes que garantam o sustento de suas duas filhas e o dela próprio. Essa é a rotina vivida há dois anos por Patrícia, uma das muitas mulheres que fazem ponto num endereço tradicional das profissionais do sexo no Rio, a Vila Mimosa, na Praça da Bandeira. Com mais de 80 anos de existência, a VM, como também é conhecida, atrai mais de mil visitantes por dia. De dia e de noite.

Ao ser abordada, Patrícia imagina que seria para fazer mais um programa. Mas se espanta com a pergunta: “Você é contra ou a favor da legalização da prostituição?” Sem entender, faz cara feia, cruza os braços, como se pensasse: “Porra, esse cara tá afim de me sacanear...”, e responde com a maior naturalidade:

“Querido, não tô sabendo de nada”, diz, imóvel, ainda encostada à porta.

O diálogo foi travado em 7 de novembro, dia em que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 98/2003, que propunha a legalização da prostituição no país. O autor da proposta é o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ). O relator do projeto, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), apresentou parecer contrário. Se na Câ-

mara o assunto divide opiniões, entre as mais interessadas, também há polêmica. Na própria Vila Mimosa, o tema é tratado com reservas.

“Não gostaria de ver minha filha seguir essa vida. Se legalizar, será um sinal que ela pode cair nessa”, afirma a prostituta Fernanda², de 33 anos, que chega a ganhar R\$ 2 mil por mês com programas e que já pagou o INSS como cabeleireira autônoma. Fernanda garante que nem todas as prostitutas estão na atividade por que querem. Segundo ela, muitas não têm opção de trabalho e precisam sobreviver. Assim, acabam se sujeitando a vender o corpo.

“Eu mesmo deixei essa vida um período. Cheguei a fazer faculdade, mas não tive condições de continuar pagando as mensalidades. Aí a coisa apertou e voltei...”, lembra, resignada.

De acordo com a assistente social Cleide do Nascimento Almeida, coordenadora de projetos de DST/Aids da Associação dos Moradores, Condomínios e Amigos da Vila Mimosa (Amocavim), uma pesquisa realizada no ano passado com mais de mil mulheres que trabalham na VM apontou que de 60% a 65% eram favoráveis à legalização. Mas, esse panorama mudou, em seguida, ao se darem conta, segundo ela, dos desdobramentos:

“O desdobramento é que o problema. Quem vai garantir os direitos? A prostituta pode muito bem pagar o INSS como autônomo. Se legalizar, corre o risco de estigmatizar ainda mais”, defende.

A coordenadora da Rede Brasileira de Prostitutas, Gabriela Leite, de 56 anos, acompanhou a discussão no plenário da CCJ. Segundo ela, a associação, que funciona desde 1987 e reúne cerca de 20 mil prostitutas de todo o país, é a favor do projeto por acreditar que será um importante instrumento para melhorar as

condições de vida e de trabalho das prostitutas. A coordenadora acredita que a iniciativa enfrenta resistência das cafetinas e dos donos de bordel.

“Se aprovado, eles terão que pagar os direitos trabalhistas às profissionais como a qualquer outro trabalhador”, explica.

Pela projeto, seria obrigatório o pagamento por serviços de natureza sexual e estariam revogados os crimes de favorecimento da prostituição, manutenção de casas de prostituição e tráfico de mulheres, previstos no Código Penal. O deputado do PV se baseou na lei que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2002 na Alemanha. Lá a legislação permite que a prostituta se aposente. Gabeira não desistirá de retomar a discussão.

“Vou estudar o que fazer. Talvez apresente emendas em outros projetos que tramitam na Casa e tratam no mesmo assunto”, afirma o deputado federal.

Gabriela Leite garante que as profissionais não vão desistir e lutarão pela regulamentação. “Isso é péssimo (*a rejeição do projeto*), mas a gente não vai desistir. Hoje, os donos de bordéis só exploram as prostitutas. Somos cidadãs como todas outras. Era o primeiro passo para compartilhar de todos direitos dos trabalhadores”, disse.

Mas há quem pense diferente. Como Andréia³, de 28 anos, que deixou a vida de prostituta na Vila Mimosa e agora trabalha com artesanato.

“Imagina assinar a carteira como profissional do sexo? Não arrumaria mais emprego em lugar nenhum. Aquilo lá não é vida, não”, relata, referindo-se aos três anos em que teve que se prostituir para garantir o sustento da família.

* Da Redação.

^{1, 2 e 3} Nomes fictícios.

Greves na França: além do em

Alexandre Kieling*

Encerrado o primeiro embate entre o governo Sarkozy e os movimentos sociais, a direita comemorou o esvaziamento das greves enquanto a esquerda celebrou a retomada dos protestos. Os nove dias de greve dos transportes públicos, um dia de paralisação dos servidores de ensino, fiscais da receita, dos controladores de voo e dois movimentos de protesto de estudantes e advogados alteraram a vida na França em novembro. Longas caminhadas e bons minutos de pedaladas foram os únicos meios de deslocamento para muitos moradores da Ile de France, a região metropolitana de Paris. O Ministério da Economia francês calculou um prejuízo diário de 400 milhões de euros. Se o número estiver certo, foram mais de 3 bilhões em prejuízos. O movimento grevista, que apresenta como bandeira a recuperação do poder aquisitivo, tem como principal alvo as reformas que o governo de Nicolas Sarkozy se empenha em promover.

Investida liberal

Na perspectiva do presidente a meta é um maior dinamismo na economia interna. Dos condutores de trem pretende acabar com a aposentadoria especial, ampliando o tempo mínimo de contribuição (que dá direito a aposentadoria integral) de 37,5 anos para 40 anos. Período que se aplica hoje à maioria dos trabalhadores franceses. Eliminar as aposentadorias especiais virou símbolo das grandes reformas e está na pauta dos pontos não negociáveis pelo presidente. Para o sistema de ensino as reformas prevêem acabar com as aulas aos sábados o que implica em redução direta dos ganhos dos professores que atualmente recebem uma bonificação pela atividade. No ensino universitário a empreitada governamental dá conta de uma reforma no sistema de financiamento das universidades (Lei Préresse) que assegura o ingresso de recursos privados. Outro ponto chave para o plano Sarkozy está no sistema de saúde pública onde as ações comecem por eliminar o credenciamento

automático dos médicos recém formados. Na perspectiva do governo, tais reformas significam reduzir o custo da máquina pública (são 5, 2 milhões de servidores), isso quer dizer diminuir o tamanho do estado. Para Sarkozy, com as reformas há como assegurar mais empregos e aumento de poder aquisitivo.

Na visão dos sindicatos e da esquerda francesa estas medidas nada mais produzirão que inserir a França na dinâmica liberal do mercado internacional que, por sua vez, não tem compromisso com os direitos individuais e coletivos. Aquilo que até hoje determina um equilíbrio regulador entre a força do Estado francês e a indomável economia mundializada viria por ruir deixando a economia local à mercê do gigante global. Aparentemente o que se vê é mais um *round* da longa tensão entre os campos políticos, mas num cenário em que os que comandam os países do continente europeu são sensíveis aos projetos de privatização. Na França, de um lado, um governo de direita trabalhando pela adoção das medidas liberais prometidas na campanha eleitoral e, de outro, a oposição de esquerda apresentando uma reação através de movimentos grevistas.

País partido

Todavia, há novos ingredientes nesse processo. Desta vez o país que já esteve dividido nas eleições presidenciais, se manteve dividido em relação à greve dos transportes. Uma pesquisa realizada pelo

sartre.blogspot.com/images/medium _ Sarkozy



Nicolas Sarkozy

instituto *Opinion way* mostra que, ao contrário das greves de 1995 quando 64% dos entrevistados naquela época estavam descontentes com as medidas do governo Chirac e se mostravam sensíveis aos grevistas, desta vez 58% estavam satisfeitos como a postura de Sarkozy de não recuar ao mesmo tempo em que questionavam a legitimidade do movimento. Sim, os franceses, que sempre foram tolerantes e simpáticos aos movimentos de protesto, agora estão divididos. Os transtornos causados pela greve dos transportes encontraram protestos e muita insatisfação.

O baixo índice de compreensão dos usuários se transformou no grande adversário dos sindicalistas que, numa articulação estratégica, tiveram que ir retomando o trabalho aos poucos para acalmar a população contrária (no oitavo dia o movimento já apresentava uma adesão mínima de 22,8% na SNCF, empresa que administra os trens, e 16,4% na RATP, empresa que administra o metrô). E no primeiro sinal de negociação suspenderam a greve. A ação das centrais sindicais foi entendida como vitória do governo – o que inclusive gerou certa crise entre os dirigentes dos trabalhadores. Talvez a estratégia do discurso governista – que defende uma unificação de direitos em relação às chamadas aposentadorias especiais – tenha ajudado na constituição deste senso de questionar a pertinência da demanda dos maquinistas. Mas o que parece ter incomodado efetivamente foram os problemas para circular no país, especialmente em Paris. A falta de transporte coletivo numa cidade que dele é refém fizeram as perdas pessoais parecerem pesar mais que as questões de esquerda e direita.

Prevalência do egoísmo

Os problemas do indivíduo se fizeram mais presentes que qualquer sorte de questão coletiva. Até os líderes da esquerda mantiveram cautela ao se posicionar sobre o pleito dos maquinistas. Ou seja, entrou em cena um comportamento que o sociólogo Edgar Morin havia alertado numa carta dirigida ao país em março, durante o primeiro turno das eleições: “o individualismo vem se transformando em egoísmo”. Do ponto de vista

Combate entre esquerda e direita

Foto: Agence France Presse

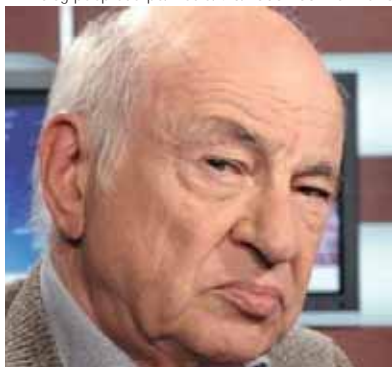


França dividida: de um lado os liberais de Sarkozy, de outro sindicatos e movimentos sociais contrários às reformas

do pensador francês, na medida em que a solidariedade, principal instrumento da vida social do país, começa a se desintegrar num mundo internacionalizado, regido pela ordem dos números, ou uma metamorfose se impõe, ou o sistema social como um todo vai se desintegrar também.

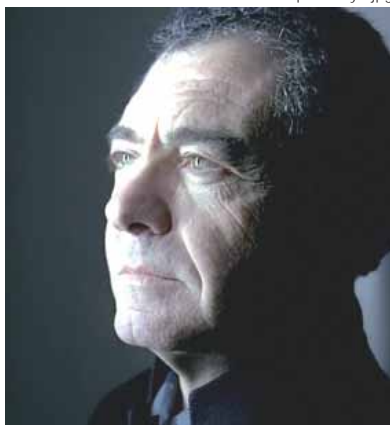
Essa questão um tanto abstrata para a materialidade das paralisações e das reformas nos remete às reflexões mais complexas sobre as greves na França. O

blog.pucp.edu.pe/media/410/20061103-Morin.JPG



Edgar Morin

olivier.roller.free.fr/lipovestky2.jpg



Gilles Lipovestky

cidadão que ocupava enquanto indivíduo lugar no coletivo, cede espaço para a um tipo de cidadão egoísta, desengajado, desfilado. Assim, longe de festejar uma possível vitória de Sarkozy ou mesmo celebrar a retomada dos movimentos de protesto contra a via única do liberalismo contemporâneo, é preciso pensar sobre este isolamento do indivíduo em relação ao coletivo.

O filósofo Gilles Lipovestky tem dito que as grandes utopias coletivas foram substituídas por pequenas utopias, de grupos ou individuais, e todas se baseiam num ideal de felicidade e bem-estar imediato do eu. Quem experimentou horas de espera nos subterrâneos do metrô parisiense pôde testemunhar reações que diziam respeito às preocupações particulares e imediatas de cada um. A discussão sobre quem estava certo, o governo ou os grevistas, não foi a questão central. O fato é que as paralisações da França ensinam bem mais que um avanço de Sarkozy e suas reformas, ou de um despertar para a possibilidade de protestos em revanche a um percurso impertinente. Há novos componentes nessa sociedade mundializada que exigem uma renovação das práticas sociais e da própria política.

*Jornalista e professor universitário. Exclusivo, de Paris, para a Idéias em Revista.

A arrogância colonialista

Mauro Santayana*

O presidente Hugo Chávez é descuidado e franco no que fala. Usa, em sua retórica antiimperialista, metáforas quase divertidas, como chamar Bush de diabo. Mas não exagerou ao qualificar o ex-primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar de fascista. Aznar, produto típico da Opus Dei, que se reorganiza com novo alento na Espanha, sempre tratou a América Latina com desdém. Em 2002, em Madrid, atreveu-se a dar ordens ao presidente Eduardo Duhalde, da Argentina, para que aceitasse e cumprisse as exigências do FMI. Reincidiu na grosseria, ao telefonar a Buenos Aires, logo depois, como um dono de fazenda telefona para seu capataz, a fim de determinar-lhe a assinatura imediata do acordo com o órgão.

Conforme disse o próprio ministro de Relações Exteriores da Espanha, Miguel Angel Moratinos, Aznar deu ordens ao embaixador da Espanha em Caracas para que apoiasse o golpe contra Chávez em 2002. Com o presidente eleito preso pelos golpistas, o embaixador foi o primeiro a cumprimentar o empresário Pedro Carmona, que, também com o entusiasmado aplauso do representante dos Estados Unidos, tomava posse do governo, para ser desalojado do Palácio de Miraflores horas depois.

Não se pode pedir a Chávez que trate bem o ex-primeiro ministro espanhol, embora talvez lhe tivesse sido melhor ignorá-lo no encontro de Santiago. Mas, como comentou, na edi-



ção do El País (de 11 de novembro), o jornalista Peru Egurdide, há um crescente mal-estar na América Latina com a presença econômica espanhola, identificada como "segunda conquista". A Espanha opera hoje serviços como os bancários, de água, energia, telefonia e estradas, que não satisfazem os usuários. Ainda na noite de sexta-feira, em reunião fechada, Lula e Bachelet trataram do assunto com Zapatero, de forma veemente – longe dos jornalistas.

Mas se Chávez, mestiço venezuelano, homem do povo, fugiu à linguagem diplomática, o rei Juan Carlos foi imperial e grosseiro, ao dizer-lhe que se calasse. O rei, criado por Franco, tem deixado a majestade de lado para intervir cada vez mais na política espanhola - conforme o El País critica em seu editorial de ontem. Em razão disso, as reivindicações federalistas dos povos espanhóis (sobretudo dos cata-

lães e dos bascos) se exacerbam e indicam uma tendência para a forma republicana de governo. Pequenos episódios revelam o conflito latente entre os espanhóis e seu rei. Já em 1981, quando do frustrado golpe contra o Parlamento Espanhol, o comportamento de sua majestade deixou dúvidas. Ele levou algumas horas antes de se definir pela legalidade democrática. Para muitos, o golpe chefiado por Millan del Bosch pretendia que todos os poderes fossem conferidos a Juan Carlos, em um franquismo coroadado.

Os dirigentes latino-americanos tentarão, diplomaticamente, amenizar a repercussão do estrago, mas o "cala a boca" de Juan Carlos doeu em todos os homens honrados do continente. O rei atuou com intolerável arrogância, como se fossem os tempos de Carlos V ou Filipe II. A linguagem de Zapatero foi de outra natureza: pediu a Chávez que moderasse a linguagem. Como súdito em um regime monárquico, não pôde exigir de Juan Carlos o mesmo comportamento – o que seria lógico no incidente.

Durante os últimos anos de Franco, a oposição republicana espanhola se referia ao príncipe com certo desdém, considerando-o pouco inteligente. Na realidade, ele nada tinha de bobo, mas, sim, de astuto, vencendo outros pretendentes ao trono e assumindo a chefia do Estado. Agora, no entanto, merece que a América Latina lhe devolva, e com razão, a ofensa: é melhor que se cale.

*Jornalista. Originalmente publicado no JB de 12 de novembro de 2007.

A Birmânia que a mídia prefere ignorar

Mário Augusto Jakobskind*

Muito se tem escrito e falado sobre a Birmânia, ou Miammar, um país asiático assolado por uma Junta Militar que trata o povo a ferro e fogo. O país é rico em reservas de gás natural. Mas, pouco se fala de um fato relevante e que pode ajudar a matar a charada relativa ao que acontece naquelas bandas.

As reservas de gás natural são controladas pelo regime ditatorial em sociedade com a multinacional petrolífera estadunidense Chevron, a companhia francesa Total e uma outra empresa petroleira tailandesa. A Chevron, para quem tem memória curta, teve por muitos anos a seu serviço madame Condoleezza Rice, a poderosa Secretária de Estado de George W. Bush. Rice era tão poderosa naquela multinacional que, em sinal de reconhecimento por serviços prestados, chegou até a ser homenageada com o seu nome em um navio petroleiro da empresa. Gente fina da Chevron é outra coisa...

Vale assinalar ainda que o gás natural extraído das plataformas em alto mar é mandado à Tailândia através do oleoduto birmanês de Yadana, oleoduto este construído com mão de obra escrava, obrigada a escravidão pelo regime militar do país. Não é segredo nenhum o fato de figuras notórias da cúpula do governo Bush ter vínculos com a área petrolífera, inclusive o próprio presidente estadunidense. O vice Dick Cheney nem se fala. Este falcão, uma figura nefasta e sem escrúpulos, como Paul Wolfowitz e outros do gênero, agora prega a radicalização contra o Irã. Os grupos a que ele é ligado provavelmente estão de olho nas ricas reservas iranianas.

As sanções que os Estados Unidos adotam contra a Birmânia ou Miammar, desde 1997, são, de fato, apenas



para constar. Revelaram-se inócuas, pois nada mudou por lá em matéria de violação dos direitos humanos. Devez em quando, a partir do momento que o país asiático volta às primeiras páginas, a Casa Branca lança uma nota para enganar os incautos, pois no fundo, bem lá no fundo, endurecer de fato contra o regime militar não é lá muito conveniente. Afinal, negócios são negócios...

Como naquele país asiático, a Chevron está com a bola toda, qual o interesse de Washington em mudar? Claro, chega um momento que até padrinhos como Dick Cheney ou a madame que tem o sobrenome em um navio petroleiro da Chevron têm que mudar de discurso, até por uma questão econômica. Em outros termos, há momentos em que regimes como a Junta Militar birmanesa tornam-se anti-econômicos e precisam ser mudados. Às vezes demora um pouco, mas há momentos em que a reciclagem é absolutamente necessária. Aqui mesmo na América Latina chegou um momento que as ditaduras militares tornaram-se obsoletas e até os padrinhos estadunidenses tiveram que aceitar tal realidade. Livraram-se dos monstros que criaram, haja vista Pinochet e até mesmo o regime militar brasileiro.

Em suma, falar da Birmânia e do regime que lá impera fica incompleto se não for lembrado o fato de a ditadura militar ter estreitos vínculos com a Chevron e a empresa petrolífera francesa Total. E neste jogo, a China fica na espreita, pois também tem interesses na área e não quer problemas ali. Por estas e outras, a Birmânia, sempre de repente não mais que de repente, entra e sai do noticiário conservador, o tal espaço jornalístico que para ser melhor entendido em termos editoriais precisa ser analisado à parte dos anunciantes...

*Jornalista.

LEI MARIA DA PENHA



**SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
NÓS TEMOS UMA CAIXA DE SOLUÇÕES PARA VOCÊS!**

Empréstimo com desconto em folha

Confira as simulações:

	48 meses	60 meses	72 meses
R\$10.000,00	R\$289,79	R\$248,29	R\$221,16
R\$20.000,00	R\$571,15	R\$489,35	R\$435,88
R\$30.000,00	R\$852,51	R\$730,41	R\$650,60

Não perca tempo, faça logo o seu!

- ✓ **Sem burocracia e sem avalista;**
- ✓ **Prazo de até 72 meses;**
- ✓ **Não há impedimento para clientes com restrição cadastral.**

Aqui você também encontra:

Consórcio Imobiliário e Auto;
Financiamento habitacional;
Planos de Previdência Privada;
Conta corrente, conta salário;
Cheque especial;
Cartão de crédito e muito mais.

Vem pra CAIXA você também!

Oferecemos a você atendimento personalizado.


Estamos aguardando seu contato

Tels.: 2596-6364 - Silvana, Gabriel ou Guilherme

3294-9750 - Christianne, Cláudio ou Laís

2254-2175 - Leonardo, Marco Antonio ou Pedro



A photograph of a bright sun setting over a body of water, with a dark silhouette of a city skyline in the background.

O Sisejufe deseja um 2008 repleto de conquistas.
Que os servidores do Judiciário Federal estejam unidos
por uma sociedade mais justa e igualitária.
Nosso sindicato estará atento na defesa
da categoria e na ampliação da participação
de todos nas lutas sindicais.

“Todos juntos somos fortes
Somos flecha, somos arco
Todos no mesmo barco
Não há nada a temer.”

Chico Buarque

Em 2008, sindicalize-se!

SISEJUFE

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

Filiado à Fenajufe e à CUT